

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO	15
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	18
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	19
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	22
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	23
12. INVESTIMENTOS	28
13. IMOBILIZADO	38
14. INTANGÍVEIS	41
15. FORNECEDORES	42
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	42
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	42
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	46
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	46
20. PROVISÕES	48
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	54
22. RECEITA	55
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	58
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	61
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	63
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	66
27. SEGMENTOS OPERACIONAIS	77
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	80
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	81
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR	96

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DEZEMBRO DE 2017

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	496.931	403.339	471.597	366.169
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	150.103	520.963	92.871	397.734
Consumidores e Revendedores	7	846.543	850.487	740.443	763.187
Concessionários - Transporte de Energia	7	94.773	89.153	94.895	89.249
Tributos Compensáveis	8	28.401	30.840	27.557	30.064
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	195.198	138.435	195.198	138.435
Ativo Financeiro da Concessão	11	547.088	689.353	308.134	456.101
Adiantamento a Fornecedores		84.833	98.914	64.982	69.914
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		17.165	16.681	17.165	16.681
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		6.854	-	6.854	-
Outros Créditos		72.475	135.907	75.889	139.237
TOTAL DO CIRCULANTE		2.540.364	2.974.072	2.095.585	2.466.771
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	40.357	14.659	24.963	11.191
Consumidores e Revendedores	7	4.619	-	4.619	-
Tributos Compensáveis	8	6.673	8.272	6.673	8.272
Depósitos Vinculados a Litígios	10	317.701	309.994	317.701	309.994
Valores a receber de Partes Relacionadas	25	368.392	351.709	372.013	357.549
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		29.764	35.060	29.764	35.060
Adiantamento a Fornecedores		99.118	5.084	99.118	2.061
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	26	125.577	8.649	125.577	8.649
Outros Créditos		57.315	59.886	57.316	59.875
Ativo Financeiro da Concessão	11	6.134.276	6.024.377	4.001.399	3.920.494
Investimentos	12	4.709.952	4.723.336	7.221.341	7.209.862
Imobilizado	13	2.102.000	2.162.890	2.091.572	2.155.847
Intangíveis	14	31.706	32.640	31.706	32.640
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.027.450	13.736.556	14.383.762	14.111.494
TOTAL DO ATIVO		16.567.814	16.710.628	16.479.347	16.578.265

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	285.477	153.991	285.477	153.991
Debêntures	17	1.714.903	1.453.430	1.716.860	1.456.365
Fornecedores	15	368.249	472.043	351.438	454.512
Imposto de Renda e Contribuição Social		55.392	99.832	-	
Impostos, Taxas e Contribuições	16	44.766	133.666	35.444	126.038
Encargos Regulatórios	18	135.250	151.532	133.511	149.698
Obrigações Pós-Emprego	19	53.416	52.395	53.416	52.395
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		364.230	564.230	364.230	564.230
Salários e Encargos Sociais		51.054	48.547	51.054	48.547
Adiantamento de Clientes	7	121.396	190.758	121.396	190.758
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	26	1.214	12.596	1.214	12.596
Outras Obrigações		41.232	59.230	39.400	54.734
TOTAL DO CIRCULANTE		3.236.579	3.392.250	3.153.440	3.263.864
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	4.408.797	3.977.975	4.408.797	3.977.975
Debêntures	17	2.231.397	2.734.767	2.231.397	2.734.767
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	422.492	416.446	422.340	416.305
Impostos, Taxas e Contribuições	16	3.978	3.830	3.978	3.830
Encargos Regulatórios	18	81.902	84.557	76.724	80.737
Obrigações Pós-Emprego	19	861.693	852.136	861.693	852.136
Provisões	20	107.772	96.310	107.772	96.294
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		-	28.515	-	28.515
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	26	336.199	311.593	336.199	311.593
Outras Obrigações		16.285	18.417	16.287	18.417
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.470.515	8.524.546	8.465.187	8.520.569
TOTAL DO PASSIVO		11.707.094	11.916.796	11.618.627	11.784.433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	21	1.837.710	1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.702.600	2.702.600	2.702.600	2.702.600
Ajustes de Avaliação Patrimonial		143.896	153.522	143.896	153.522
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		100.000	100.000	100.000	100.000
Lucros Acumulados		76.514	-	76.514	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.860.720	4.793.832	4.860.720	4.793.832
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.567.814	16.710.628	16.479.347	16.578.265

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
RECEITA	22	3.275.675	3.669.170	2.946.534	3.364.268
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(125.521)	(166.056)	(108.654)	(149.826)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.692.509)	(1.714.863)	(1.666.009)	(1.693.189)
		(1.818.030)	(1.880.919)	(1.774.663)	(1.843.015)
CUSTO	23				
Pessoal e Administradores		(138.410)	(162.920)	(125.915)	(156.583)
Materiais		(4.477)	(4.267)	(3.650)	(3.501)
Serviços de Terceiros		(48.209)	(34.763)	(42.638)	(27.576)
Depreciação e Amortização		(70.288)	(83.232)	(70.200)	(83.203)
Provisões Operacionais, líquidas		(14.365)	(19.806)	(14.381)	(19.791)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(4.732)	(7.025)	(4.732)	(7.025)
Outros Custos Operacionais		(11.916)	(12.919)	(11.517)	(11.835)
		(292.397)	(324.932)	(273.033)	(309.514)
CUSTO TOTAL		(2.110.427)	(2.205.851)	(2.047.696)	(2.152.529)
LUCRO BRUTO		1.165.248	1.463.319	898.838	1.211.739
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com vendas		(152)	-	(152)	-
Despesas Gerais e Administrativas		(49.817)	(89.271)	(49.817)	(89.271)
Outras Despesas Operacionais		(78.169)	(95.789)	(77.730)	(95.579)
		(128.138)	(185.060)	(127.699)	(184.850)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(140.412)	14.467	66.614	216.488
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		896.698	1.292.726	837.753	1.243.377
Receitas Financeiras	24	253.314	84.759	242.183	66.373
Despesas Financeiras	24	(1.008.586)	(618.122)	(1.007.013)	(618.006)
Resultado antes dos Impostos		141.426	759.363	72.923	691.744
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(68.492)	(172.421)	-	(106.006)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	(6.046)	(56.390)	(6.035)	(55.186)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		66.888	530.552	66.888	530.552
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária – R\$	21	0,0231	0,1832	0,0231	0,1832

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
RECEITA	22	1.713.191	1.994.887	1.557.150	1.846.575
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(55.879)	(84.120)	(46.880)	(75.449)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(897.095)	(980.581)	(880.043)	(961.385)
		(952.974)	(1.064.701)	(926.923)	(1.036.834)
CUSTO	23				
Pessoal e Administradores		(77.916)	(96.756)	(70.444)	(93.402)
Materiais		(3.521)	(2.678)	(3.052)	(2.303)
Serviços de Terceiros		(37.884)	(23.669)	(34.282)	(18.697)
Depreciação e Amortização		(35.093)	(43.444)	(35.046)	(43.423)
Provisões Operacionais, líquidas		(10.409)	(11.175)	(10.425)	(11.160)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(3.669)	(4.105)	(3.669)	(4.105)
Outros Custos Operacionais		(11.876)	(4.694)	(11.685)	(4.503)
		(180.368)	(186.521)	(168.603)	(177.593)
CUSTO TOTAL		(1.133.342)	(1.251.222)	(1.095.526)	(1.214.427)
LUCRO BRUTO		579.849	743.665	461.624	632.148
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com vendas		(19)	-	(19)	-
Despesas Gerais e Administrativas		(2.755)	(38.785)	(2.808)	(38.785)
Outras Despesas Operacionais		(47.037)	(20.378)	(46.796)	(20.256)
		(49.811)	(59.163)	(49.623)	(59.041)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(109.182)	39.691	(16.423)	130.757
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		420.856	724.193	395.578	703.864
Receitas Financeiras	24	120.670	40.181	115.434	30.073
Despesas Financeiras	24	(770.883)	(278.230)	(770.805)	(278.178)
Resultado antes dos Impostos		(229.357)	486.144	(259.793)	455.759
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	46.656	(78.107)	77.244	(48.387)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	2.311	(62.475)	2.159	(61.810)
RESULTADO DO PERÍODO		(180.390)	345.562	(180.390)	345.562
Resultado Básico e Diluído por Ação Ordinária – R\$	21	(0,0623)	0,1193	(0,0623)	0,1193

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	66.888	530.552	66.888	530.552
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	(33.852)	-	(33.852)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	66.888	496.700	66.888	496.700
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	66.888	496.700	66.888	496.700

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a jun/18	Abr a Jun/17	Abr a jun/18	Abr a Jun/17
RESULTADO DO PERÍODO	(180.390)	345.562	(180.390)	345.562
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	(50.059)	-	(50.059)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(180.390)	295.503	(180.390)	295.503
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(180.390)	295.503	(180.390)	295.503

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.837.710	-	2.474.659	270.825	-	4.583.194
Lucro líquido do período	-	-	-	-	530.552	530.552
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(33.852)	-	(33.852)
Resultado abrangente do período	-	-	-	(33.852)	530.552	496.700
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	-	-	100.000
Constituição de Reservas						
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	2.192	-	(2.192)	-
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(9.900)	9.900	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	1.837.710	100.000	2.476.851	227.073	538.260	5.179.894
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.702.600	153.522	-	4.793.832
Lucro líquido do período	-	-	-	-	66.888	66.888
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	66.888	66.888
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(9.626)	9.626	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	1.837.710	100.000	2.702.600	143.896	76.514	4.860.720

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		66.888	530.552	66.888	530.552
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e Amortização	23	73.088	86.333	73.001	86.304
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado, Intangível e Ativos financeiros da concessão		7.746	5.581	7.745	5.581
Equivalência Patrimonial	12	140.412	(14.467)	(66.614)	(216.488)
Juros e Variações Monetárias		47.712	265.518	207.249	415.995
Variação Cambial	17	548.353	710	548.353	710
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	9.503	17.691	9.503	17.691
Imposto de Renda e Contribuição Social	9c	74.538	228.811	6.035	161.192
Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	23	14.970	19.806	14.986	19.791
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	24	(180.429)	-	(180.429)	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	26	24.606	41.602	24.606	41.602
Obrigações Pós-Emprego	19	43.874	48.895	43.874	48.895
		871.261	1.231.032	755.197	1.111.825
(Aumento) Redução de Ativos					
Consumidores e Revendedores		(827)	120	17.973	20.316
Tributos Compensáveis		4.038	7.589	4.106	7.718
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		(6.795)	13.297	(6.578)	13.297
Transporte de Energia		(5.620)	(25.768)	(5.646)	(25.820)
Depósitos vinculados a litígios		(2.085)	(2.499)	(2.085)	(2.499)
Dividendos Recebidos		89.940	47.839	272.103	47.840
Ativos Financeiros da Concessão		379.893	(36.162)	257.609	(147.390)
Adiantamento a Fornecedores		(70.899)	-	(85.628)	-
Outros		8.069	50.922	10.192	59.036
		395.714	55.338	462.046	(27.502)
Aumento (Redução) de Passivos					
Fornecedores		(103.794)	62.549	(103.074)	44.327
Impostos, Taxas e Contribuições		(61.167)	(52.826)	(62.861)	(56.480)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(20.072)	-	(16.690)
Salários e Contribuições Sociais		2.507	(100)	2.507	(101)
Encargos Regulatórios		(18.937)	15.135	(20.200)	14.783
Obrigações Pós-Emprego	19	(33.296)	(30.234)	(33.296)	(30.234)
Adiantamento de Clientes		(74.773)	57.560	(74.773)	57.560
Outros		(23.033)	(8.632)	(20.367)	(7.664)
		(312.493)	23.380	(312.064)	5.501
Caixa Gerado nas Operações		954.482	1.309.750	905.179	1.089.824
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(185.302)	(106.095)	(72.587)	(89.316)
Juros Pagos	17	(382.229)	(409.561)	(382.229)	(409.561)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)		12.981	-	12.981	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		399.932	794.094	463.344	590.947
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em Investimentos - Aporte	12b	(149.918)	(186.231)	(149.918)	(186.231)
No Imobilizado	13	(17.482)	(9.651)	(14.009)	(8.490)
No Intangível	14	(1.422)	(331)	(1.422)	(331)
Em Títulos e Valores Mobiliários		352.437	(42.514)	297.388	177.432
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		183.615	(238.727)	132.039	(17.620)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos		(200.000)	-	(200.000)	-
Pagamentos de Empréstimos	17	(289.955)	(637.436)	(289.955)	(637.436)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21	-	100.000	-	100.000
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(489.955)	(537.436)	(489.955)	(537.436)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		93.592	17.931	105.428	35.891
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	403.339	427.827	366.169	361.252
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	496.931	445.758	471.597	397.143

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	3.721.690		4.004.790		3.489.886		3.799.584	
Receita de Construção	4.732		7.025		4.732		7.025	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	156.980		150.476		-		-	
Investimentos em Imobilizado	28.538		8.585		28.538		8.585	
Receita de Indenização da Transmissão	146.519		269.855		146.519		269.855	
Receita de Indenização de Geração	34.463		-		34.463			
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(152)		-		(152)		-	
Outras receitas (despesas)	(221)		-		(221)		-	
	4.092.549		4.440.731		3.703.765		4.085.049	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.851.519)		(1.863.640)		(1.823.614)		(1.840.234)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(137.630)		(180.800)		(119.308)		(163.300)	
Serviços de Terceiros	(73.453)		(67.835)		(67.877)		(60.639)	
Materiais	(22.871)		(17.190)		(22.044)		(16.425)	
Concessão Onerosa	(1.446)		(1.529)		(1.446)		(1.529)	
Outros Custos Operacionais	(55.431)		(74.335)		(55.009)		(73.426)	
	(2.142.350)		(2.205.329)		(2.089.298)		(2.155.553)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.950.199		2.235.402		1.614.467		1.929.496	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(73.088)		(86.333)		(73.001)		(86.304)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.877.111		2.149.069		1.541.466		1.843.192	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(140.412)		14.467		66.614		216.488	
Receitas Financeiras	253.314		84.759		242.183		66.373	
	112.902		99.226		308.797		282.861	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.990.013		2.248.295		1.850.263		2.126.053	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	187.855	9,44	238.539	10,61	176.188	9,51	232.202	10,92
Remuneração direta	121.874	6,12	134.658	5,99	111.101	6,00	128.321	6,04
Benefícios	51.497	2,59	57.860	2,57	50.904	2,75	57.860	2,72
FGTS	7.753	0,39	8.405	0,37	7.452	0,40	8.405	0,40
Programa de Desligamento Voluntário Programado	6.731	0,34	37.616	1,67	6.731	0,36	37.616	1,77
Impostos, Taxas e Contribuições	714.414	35,90	853.174	37,95	588.218	31,79	737.686	34,70
Federais	441.519	22,19	566.284	25,19	337.690	18,25	467.504	21,99
Estaduais	271.517	13,64	285.252	12,69	249.172	13,47	268.544	12,63
Municipais	1.378	0,07	1.638	0,07	1.356	0,07	1.638	0,08
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.020.856	51,30	626.030	27,84	1.018.969	55,08	625.613	29,43
Juros	1.008.586	50,68	618.122	27,49	1.007.013	54,43	618.006	29,07
Aluguéis	12.270	0,62	7.908	0,35	11.956	0,65	7.607	0,36
Remuneração de Capitais Próprios	66.888	3,36	530.552	23,60	66.888	3,62	530.552	24,95
Lucros Acumulados	66.888	3,36	530.552	23,60	66.888	3,62	530.552	24,95
	1.990.013	100,00	2.248.295	100,00	1.850.263	100,00	2.126.053	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 59 usinas, sendo 54 usinas hidrelétricas, 3 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 4.854 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 30 de junho de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$696.215 e R\$1.057.855, no consolidado e na controladora, respectivamente. No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo no valor de R\$399.932 (positivo de R\$794.094 no primeiro semestre de 2017) e a controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$463.344 (positivo de R\$590.947 no mesmo período de 2017).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2018, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, consolidados da Cemig GT totalizaram R\$2.000.380 e R\$6.640.194, respectivamente. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Com relação à gestão da dívida, em dezembro de 2017 e julho de 2018 foram realizadas captações de recursos no exterior nos montantes de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) e US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão) em Eurobonds, respectivamente, com vencimento em 2024. Além disso, ainda no final de 2017, foi realizado o reperfilamento de dívidas no montante de R\$741 milhões. Essas iniciativas, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa e alongaram o prazo médio das dívidas, além de melhorarem a qualidade de crédito da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Mudanças no estatuto da Companhia – aprimoramento da governança corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- Criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de agosto de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/ CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a Receber – Transmissão	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Geração	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de Clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

2) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

2.3 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2018.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2018 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2017	30/06/2018	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	27	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	10	Depósitos Vinculados a Litígios
13	11	Ativos Financeiros da Concessão
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangíveis
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, Taxas e Contribuições
19	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	18	Encargos Regulatórios
21	19	Obrigações Pós-Emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio Líquido
24	22	Receita
25	23	Custos e Despesas Operacionais
26	24	Receitas e Despesas Financeiras
27	25	Transações com Partes Relacionadas
28	26	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	26	Mensuração pelo valor justo
32	28	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As seguintes sociedades são consideradas controladas e estão incluídas nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas:

Sociedades Controladas	30/06/2018 e 31/12/2017
	Participação Direta (%)
Cemig Baguari	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig GT, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado pelo fato de que o poder concedente não controla para quem e o preço dos serviços prestados, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através dos gastos incorridos. O ativo financeiro indenizável é identificado quando a implementação da infraestrutura é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contas Bancárias	814	4.700	751	2.077
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	438.114	282.675	434.968	274.542
Overnight	58.003	111.657	35.878	85.243
Outros	-	4.307	-	4.307
	496.117	398.639	470.846	364.092
	496.931	403.339	471.597	366.169

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 75% a 106% conforme operação (85% a 106% em 2017).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% (6,89% em 2017) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários	491	1.214	303	927
Letras Financeiras – Bancos	113.779	149.459	70.379	114.102
Letras Financeiras do Tesouro	63.536	364.561	39.301	278.319
Debêntures	12.591	20.334	7.789	15.524
Outros	63	54	62	53
	190.460	535.622	117.834	408.925
Ativo Circulante	150.103	520.963	92.871	397.734
Ativo Não Circulante	40.357	14.659	24.963	11.191

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25% (100,25% a 100,25% em 2017), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI (102,10% a 112% em 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI em 30 de junho de 2018 (104,25% a 161,54% do CDI em 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 25.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado		Controladora	
	Faturado	Não Faturado			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Industrial	13.246	231.192	20.713	51.605	316.756	331.437	252.404	286.360
Comércio, Serviços e Outras	9.462	48.142	15	187	57.806	38.589	57.806	38.589
Suprimento a Outras Concessionárias	-	214.080	18.617	3.569	236.266	308.589	199.554	273.526
Concessionários – Transp. de Energia	11.493	80.752	1.105	1.423	94.773	89.153	94.895	89.249
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	42.794	5.024	214.123	168	262.109	193.495	257.073	186.335
Perdas estimadas para Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	-	(21.775)	(21.775)	(21.623)	(21.775)	(21.623)
	76.995	579.190	254.573	35.177	945.935	939.640	839.957	852.436
					30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativo Circulante								
Consumidores e Revendedores					846.543	850.487	740.443	763.187
Concessionários – Transp. Energia					94.773	89.153	94.895	89.249
Ativo Não Circulante								
Consumidores e Revendedores					4.619	-	4.619	-

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.109
Constituição de provisão, líquida	-
Saldo em 30 de junho de 2017	4.109
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.623
Constituição de provisão, líquida	152
Saldo em 30 de junho de 2018	21.775

Adiantamento de Clientes

A Cemig GT recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	142.601
Baixa	(85.041)
Atualização Financeira	24.680
Saldo em 30 de junho de 2017	263.440
Saldo em 31 de dezembro de 2017	190.758
Baixa	(74.773)
Atualização Financeira	5.411
Saldo em 30 de junho de 2018	121.396

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

30/06/2018				Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017
Contraparte	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh a entregar		
BTG Pactual	-	1,57% a.m.	-	-	17.287
BTG Pactual	-	1,2%a.m.	-	-	25.633
Deal Comercializadora	-	1,2% a.m.	-	-	772
White Martins Gases Industriais Ltda.	ago/2018 a mar/2019	124% do CDI	214.642	121.396	147.066
				121.396	190.758

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS a Recuperar	6.428	6.644	5.586	5.868
COFINS	1.593	2.400	1.591	2.400
PASEP	204	488	204	488
INSS	16.374	13.690	16.374	13.690
Outros	3.802	7.618	3.802	7.618
	28.401	30.840	27.557	30.064
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	6.673	7.731	6.673	7.731
COFINS	-	451	-	451
PASEP	-	90	-	90
	6.673	8.272	6.673	8.272
	35.074	39.112	34.230	38.336

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após junho de 2019.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				
Imposto de Renda	113.014	85.093	113.014	85.093
Contribuição Social	82.184	53.342	82.184	53.342
	195.198	138.435	195.198	138.435

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
ATIVO				
Prejuízo fiscal / base negativa	14.860	-	14.860	-
Obrigações Pós-Emprego	258.468	252.231	258.468	252.231
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.404	7.352	7.404	7.352
Provisões para contingências	36.642	32.740	36.642	32.740
Outras provisões	363.742	366.304	363.742	366.304
Concessão Onerosa	7.473	8.227	7.473	8.227
Ajuste a Valor Justo Swap – Perda	-	11.037	-	11.037
Outros	2.097	2.235	2.100	2.235
	690.686	680.126	690.689	680.126
PASSIVO				
Custo Atribuído	(231.303)	(236.262)	(231.303)	(236.262)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(660.641)	(675.533)	(660.641)	(675.533)
Custo Aquisição Participações Societárias	(132.664)	(136.967)	(132.664)	(136.967)
Atualização de Depósitos Judiciais	(27.734)	(28.007)	(27.734)	(28.007)
Ajuste a Valor Justo Swap - Ganho	(44.614)	-	(44.614)	-
Outros	(16.222)	(19.803)	(16.073)	(19.662)
	(1.113.178)	(1.096.572)	(1.113.029)	(1.096.431)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(422.492)	(416.446)	(422.340)	(416.305)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(286.174)	(285.529)
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	(56.390)	(55.186)
Saldo em 30 de junho de 2017	(342.564)	(340.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(416.446)	(416.305)
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	(6.046)	(6.035)
Saldo em 30 de junho de 2018	(422.492)	(422.340)

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado Antes dos Impostos	141.426	759.363	72.923	691.744
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(48.085)	(258.183)	(24.794)	(235.193)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	-	4.331	-	3.649
Resultado de Equivalência Patrimonial	(50.708)	(5.735)	19.681	62.952
Ganho na Diluição de Participação Societária	-	7.686	-	7.686
Multas Indedutíveis	(555)	(71)	(552)	(71)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(179)	(319)	(179)	(149)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	25.095	23.525	-	-
Outros	(106)	(45)	(191)	(66)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(74.538)	(228.811)	(6.035)	(161.192)
Imposto Corrente	(68.492)	(172.421)	-	(106.006)
Imposto Diferido	(6.046)	(56.390)	(6.035)	(55.186)
	(74.538)	(228.811)	(6.035)	(161.192)
Alíquota Efetiva	52,70%	30,13%	8,28%	23,30%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Resultado Antes dos Impostos	(229.357)	486.144	(259.793)	455.759
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	77.982	(165.289)	88.329	(154.958)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	(1.416)	2.674	(1.416)	1.992
Resultado de Equivalência Patrimonial	(38.606)	4.325	(7.068)	35.288
Ganho na Diluição de Participação Societária	-	7.686	-	7.686
Multas Indedutíveis	(294)	(15)	(291)	(15)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(142)	(107)	(142)	(111)
Diferença Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	11.411	10.212	-	-
Outros	32	(68)	(9)	(79)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	48.967	(140.582)	79.403	(110.197)
Imposto Corrente	46.656	(78.107)	77.244	(48.387)
Imposto Diferido	2.311	(62.475)	2.159	(61.810)
	48.967	(140.582)	79.403	(110.197)
Alíquota Efetiva	21,35%	28,92%	30,56%	24,18%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas	32.069	29.676	32.069	29.676
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	15.227	14.908	15.227	14.908
PASEP/COFINS (1)	186.784	183.606	186.784	183.606
IR/INSS - Indenização do Anuênio (2)	64.031	63.027	64.031	63.027
IPTU	10.021	6.497	10.021	6.497
Outros	1.040	4.186	1.040	4.186
	277.103	272.224	277.103	272.224
Outros				
Bloqueio Judicial	468	521	468	521
Regulatórios	3.419	3.308	3.419	3.308
Outros	4.642	4.265	4.642	4.265
	8.529	8.094	8.529	8.094
	317.701	309.994	317.701	309.994

(1) Depósito judicial relativo ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PASEP/COFINS.

(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 20 – Provisões (Indenização do Anuênio).

1) Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Refere-se aos depósitos relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia reverteu a provisão no montante de R\$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R\$186.784.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Transmissão - Indenização a Receber	1.822.294	1.928.038	1.822.294	1.928.038
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	552.019	547.800	552.019	547.800
Geração – indenização a receber	1.935.220	1.900.757	1.935.220	1.900.757
Geração – Bonificação de outorga	2.371.831	2.337.135	-	-
	6.681.364	6.713.730	4.309.533	4.376.595
Circulante	547.088	689.353	308.134	456.101
Não Circulante	6.134.276	6.024.377	4.001.399	3.920.494

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800.389	2.287.511	5.087.900	546.624	2.287.511	2.834.135
Adição	-	156.280	156.280	-	156.280	156.280
Atualização Financeira	150.477	120.600	271.077	-	120.600	120.600
Recebimentos	(111.228)	(8.890)	(120.118)	-	(8.890)	(8.890)
Baixas	-	(380)	(380)	-	(380)	(380)
Transferência do imobilizado da Usina não Renovada UHE Volta Grande	70.252	-	70.252	70.252	-	70.252
Saldo em 30 de junho de 2017	2.909.890	2.555.121	5.465.011	616.876	2.555.121	3.171.997
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.237.892	2.475.838	6.713.730	1.900.757	2.475.838	4.376.595
Adição	-	4.732	4.732	-	4.732	4.732
Atualização Financeira	191.443	146.519	337.962	34.463	146.519	180.982
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	9.671	9.671	-	9.671	9.671
Recebimentos	(122.284)	(262.341)	(384.625)	-	(262.341)	(262.341)
Transferências Imobilizado	-	(106)	(106)	-	(106)	(106)
Saldo em 30 de junho de 2018	4.307.051	2.374.313	6.681.364	1.935.220	2.374.313	4.309.533

Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 30 de junho de 2018, no montante de R\$1.822.294 (R\$1.928.038 em 31 de dezembro de 2017), corresponde aos créditos abaixo:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, no valor de R\$964.679 (R\$992.802 em 31 de dezembro de 2017) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP, a partir de julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$385.259 em 30 de junho de 2018 (R\$316.138 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 30 de junho de 2018.

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia relativo à inclusão de alguns cabos condutores no cálculo tarifário e apurou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias de 23 de junho de 2009 e 8 de junho de 2010. Os novos valores calculados dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 foram atualizados, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP até junho de 2018.

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente, no valor de R\$472.356 em 30 de junho de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017), foi incorporado à Base de Remuneração de Ativos e está sendo recuperado via RAP.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referentes à indenização dos ativos de transmissão.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de junho de 2018, o saldo a receber é de R\$552.019 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017).

Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), estão reconhecidos no Ativo Financeiro e montam R\$816.411 em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	2.258	2.920
		3.601,70	204.041	816.411

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 30 de junho de 2018, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.920 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Usinas Miranda e São Simão – projetos básicos

Os valores do Projeto Básico das usinas Miranda e São Simão foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente pela variação da SELIC, em conformidade com os termos da Portaria nº 291/17 do Ministério de Minas e Energia – MME, conforme demonstrado a seguir:

Usinas	Miranda	São Simão	Total
Término da concessão	dez/16	jan/15	
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 31/12/2017	609.995	202.744	812.739
Ajuste (1)	174.157	40.855	215.012
Valores Portaria MME	784.152	243.599	1.027.751
Atualização	25.373	31.222	56.595
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/17	809.525	274.821	1.084.346
Atualização	25.729	8.734	34.463
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 30/06/18	835.254	283.555	1.118.809

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17.

A Companhia está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, bem como a data de pagamento, tendo em vista que a citada Portaria estabelece que o pagamento da indenização deverá ser realizado pela União até 31 de dezembro de 2018, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	84.877	(65.703)	1.349.308
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	26.758	(20.721)	423.430
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	11.237	(8.809)	158.022
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	8.372	(6.558)	118.524
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	11.680	(9.227)	154.623
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	8.746	(7.007)	104.872
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	5.310	(4.259)	63.052
Total		2.337.135	156.980	(122.284)	2.371.831

	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	80.959	(59.763)	1.304.393
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	25.530	(18.847)	409.322
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	10.825	(8.013)	152.716
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	8.060	(5.965)	114.542
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	11.320	(8.393)	149.480
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	8.573	(6.373)	101.515
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	5.210	(3.874)	61.046
Total		2.253.765	150.477	(111.228)	2.293.014

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo reconhecida como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA mais juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão. A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Coligadas				
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	457.410	534.761	457.410	534.761
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	516.571	582.504	516.571	582.504
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	48.346	57.957	48.346	57.957
Guanhães Energia	59.608	25.018	59.608	25.018
Hidrelétrica Pipoca	28.177	26.023	28.177	26.023
Lightger	41.361	40.832	41.361	40.832
Baguari Energia	160.952	148.422	160.952	148.422
Central Eólica Praias Parajuru	54.015	60.101	54.015	60.101
Central Eólica Volta do Rio	54.089	67.725	54.089	67.725
Central Eólica Praias de Morgado	45.821	50.569	45.821	50.569
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	635.489	576.704	635.489	576.704
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	964.978	866.554	964.978	866.554
Aliança Geração	1.280.382	1.242.170	1.280.382	1.242.170
Retiro Baixo	165.700	157.773	165.700	157.773
Renova	193.432	282.524	193.432	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.621	3.699	3.621	3.699
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	10	23
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.397.859	1.391.822
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	444.086	440.122
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	174.103	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	131.800	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	172.441	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	119.726	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	71.364	69.398
Total	4.709.952	4.723.336	7.221.341	7.209.862

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto e à participação na usina de Santo Antônio, coligada com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	Controladora e Consolidado 31/12/2016	Amortização	Controladora e Consolidado 30/06/2017	Controladora e Consolidado 31/12/2017	Amortização	Controladora e Consolidado 30/06/2018
Retiro Baixo	29.525	(592)	28.933	28.344	(591)	27.753
Central Eólica Praias de Parajuru	19.341	(764)	18.577	16.503	(707)	15.796
Central Eólica Volta do Rio	13.807	(504)	13.303	11.035	(436)	10.599
Central Eólica Praias de Morgado	27.406	(1.028)	26.378	23.956	(972)	22.984
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	157.340	(2.978)	154.362	151.384	(2.979)	148.405
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	56.518	(986)	55.532	54.546	(986)	53.560
	303.937	(6.852)	297.085	285.768	(6.671)	279.097

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	30/06/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	6.739	-	(16.350)	48.346
Guanhães Energia	25.018	(299)	34.889	-	59.608
Hidrelétrica Pipoca	26.023	3.357	-	(1.203)	28.177
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(77.435)	84	-	457.410
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(65.933)	-	-	516.571
Baguari Energia	148.422	16.088	-	(3.558)	160.952
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(6.086)	-	-	54.015
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(13.636)	-	-	54.089
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(4.748)	-	-	45.821
Lightger	40.832	2.308	-	(1.779)	41.361
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	28.243	70.181	-	964.978
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	17.420	41.365	-	635.489
Aliança Geração	1.242.170	38.212	-	-	1.280.382
Retiro Baixo	157.773	7.927	-	-	165.700
Renova	282.524	(89.092)	-	-	193.432
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.477)	3.399	-	3.621
Total do Investimento	4.723.336	(140.412)	149.918	(22.890)	4.709.952

Controladora	31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	30/06/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	6.739	-	(16.350)	48.346
Guanhães Energia	25.018	(299)	34.889	-	59.608
Hidrelétrica Pipoca	26.023	3.357	-	(1.203)	28.177
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(77.435)	84	-	457.410
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(65.933)	-	-	516.571
Baguari Energia	148.422	16.088	-	(3.558)	160.952
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(6.086)	-	-	54.015
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(13.636)	-	-	54.089
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(4.748)	-	-	45.821
Lightger	40.832	2.308	-	(1.779)	41.361
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	28.243	70.181	-	964.978
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	17.420	41.365	-	635.489
Aliança Geração	1.242.170	38.212	-	-	1.280.382
Retiro Baixo	157.773	7.927	-	-	165.700
Renova	282.524	(89.092)	-	-	193.432
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.477)	3.399	-	3.621
Cemig Baguari	23	(13)	-	-	10
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.391.822	90.379	-	(84.342)	1.397.859
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.122	33.420	-	(29.456)	444.086
Cemig Ger. Itutinga S.A.	171.279	19.831	-	(17.007)	174.103
Cemig Geração Camargos S.A.	130.426	15.928	-	(14.554)	131.800
Cemig Geração Sul S.A.	167.571	21.347	-	(16.477)	172.441
Cemig Geração Leste S.A.	115.885	16.792	-	(12.951)	119.726
Cemig Geração Oeste S.A.	69.398	9.342	-	(7.376)	71.364
Total do Investimento	7.209.862	66.614	149.918	(205.053)	7.221.341

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	30/06/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	6.396	-	(2.641)	-	-	54.166
Guanhães Energia (1)	-	(2.081)	78.641	-	-	(59.071)	17.489
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.716	-	(1.284)	-	-	33.241
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(48.633)	-	-	-	-	595.257
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(42.517)	-	-	-	-	634.665
Baguari Energia	162.106	12.529	-	(5.752)	-	1	168.884
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(1.125)	-	(406)	-	-	61.776
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(4.054)	-	-	-	-	77.174
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(2.830)	-	-	-	-	56.756
Lightger	41.543	3.530	-	(642)	-	-	44.431
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	6.194	55.941	-	-	-	843.157
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.304	33.649	-	-	-	563.451
Aliança Geração	1.319.055	39.043	-	(51.576)	-	-	1.306.522
Retiro Baixo	161.848	6.442	-	-	-	-	168.290
Renova	688.625	36.553	18.000	-	(33.852)	-	709.326
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Total do Investimento	5.291.892	14.467	186.231	(62.301)	(33.852)	(59.070)	5.337.367
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	5.232.821	14.467	186.231	(62.301)	(33.852)	1	5.337.367

(1) Transferência do passivo a descoberto.

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	30/06/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	6.396	-	(2.641)	-	-	54.166
Guanhães Energia (1)	-	(2.081)	78.641	-	-	(59.071)	17.489
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.716	-	(1.284)	-	-	33.241
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(48.633)	-	-	-	-	595.257
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(42.517)	-	-	-	-	634.665
Baguari Energia	162.106	12.529	-	(5.752)	-	1	168.884
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(1.125)	-	(406)	-	-	61.776
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(4.054)	-	-	-	-	77.174
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(2.830)	-	-	-	-	56.756
Lightger	41.543	3.530	-	(642)	-	-	44.431
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	6.194	55.941	-	-	-	843.157
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.304	33.649	-	-	-	563.451
Aliança Geração	1.319.055	39.043	-	(51.576)	-	-	1.306.522
Retiro Baixo	161.848	6.442	-	-	-	-	168.290
Renova	688.625	36.553	18.000	-	(33.852)	-	709.326
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Cemig Baguari	55	(7)	-	-	-	-	48
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.399.282	90.908	-	-	-	-	1.490.190
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.148	31.224	-	-	-	-	471.372
Cemig Ger. Itutinga S.A.	167.962	19.508	-	-	-	-	187.470
Cemig Geração Camargos S.A.	125.995	15.737	-	-	-	-	141.732
Cemig Geração Sul S.A.	165.133	19.331	-	-	-	(1)	184.463
Cemig Geração Leste S.A.	113.976	16.073	-	-	-	-	130.049
Cemig Geração Oeste S.A.	69.375	9.247	-	-	-	-	78.622
Total do Investimento	7.773.818	216.488	186.231	(62.301)	(33.852)	(59.071)	8.021.313
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	7.714.747	216.488	186.231	(62.301)	(33.852)	-	8.021.313

(1) Transferência do passivo a descoberto.

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas							
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	4.552.760	18,13	9.546.672	5.327.114
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	98.665	49,00	35.000	118.280
Guanhães Energia	358.511.000	49,00	386.139	121.650	49,00	330.536	51.058
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	57.504	49,00	41.360	53.108
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	231.961	69,39	186.573	213.895
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	77.999	49,00	70.560	88.976
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	88.752	49,00	117.230	115.694
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	46.605	49,00	52.960	54.312
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.410	49,00	79.232	83.331
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	39.919.934.434	49,00	1.203.675	1.187.611	49,00	1.119.255	1.065.628
Amazônia Energia (usina de Belo Monte) (1)	1.281.030.446	74,50	1.323.660	1.295.273	74,50	1.229.600	1.163.160
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.970.945	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	276.447	49,90	222.850	257.880
Renova	417.197.244	36,23	2.919.019	534.119	36,23	2.919.019	779.808
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	17.014.114	49,00	18.038	7.390	49,00	11.102	7.549
Controladas							
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	10	100,00	1	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.397.859	100,00	1.291.423	1.391.822
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	444.086	100,00	405.268	440.122
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	174.104	100,00	151.309	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	131.799	100,00	113.499	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	172.441	100,00	148.147	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	119.725	100,00	100.569	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	71.364	100,00	60.595	69.398

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Em 30 de junho de 2018, algumas controladas em conjunto apresentaram passivo circulante superior ao ativo circulante ou prejuízos acumulados relevantes, conforme segue:

Madeira Energia S.A. (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$1.749.729, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, e “Empréstimos e financiamentos”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores, liberação de recursos da conta reserva destinados a esses pagamentos, que serão substituídos por fiança bancária e com geração operacional de caixa.

Renova Energia S.A. (“Renova”): No período findo em 30 de junho de 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$245.689, prejuízos acumulados de R\$2.440.279, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$59.190, e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos, inclusive de construção dos parques eólicos e solares.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa e está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um novo plano de reestruturação, visando equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos.

A Administração da Renova entende que, com o sucesso das medidas adotadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez.

Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 30 de junho de 2018.

A Administração da Companhia efetuou a análise dos indicativos de impairment, a qual não resultou em nenhum impacto e/ou ajustes em suas informações contábeis intermediárias.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui participação direta de 10% e indireta de 8,13% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$973.981 em 30 de junho de 2018 (R\$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de junho de 2018, R\$21.202.427 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo absorvidos por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da Usina estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

FID (Fator de Disponibilidade)

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da SAESA de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão, que determinava à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE que adotassem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara, foi suspensa pelo STJ e em seguida foi reestabelecida, após deferimento da medida liminar em Reclamação Constitucional no STF. No entanto, em 10 de abril de 2018 o STF negou seguimento a Reclamação Constitucional, reestabelecendo os efeitos da decisão proferida pelo STJ. Em face da decisão do STF, a CCEE, após autorização da ANEEL, concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Indisponibilidade, no valor de aproximadamente R\$ 738.000, que foi registrado no passivo da SAESA na rubrica de Fornecedores, nos seguintes termos: (a) 36 parcelas iguais, acrescidas de atualização monetária e juros; (b) o parcelamento será iniciado na contabilização da CCEE de julho de 2018, com liquidação financeira prevista para o dia 05 de setembro de 2018.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$2.324.202 em 30 de junho de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2018 é de R\$616.000.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015 levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)

Negociações Alto Sertão III

Em 23 de fevereiro de 2018, a Renova recebeu da Brookfield Energia Renovável S.A. (“BER”), uma proposta vinculante para a aquisição dos ativos de todo o Complexo de Alto Sertão III, bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em determinados projetos eólicos em desenvolvimento. Em 27 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Renova aprovou a proposta recebida e concedeu um novo período de exclusividade à BER de até 60 (sessenta) dias para finalização dos documentos da transação.

Em 10 de maio de 2018, a Renova comunicou o encerramento das negociações com a BER envolvendo a venda de ativos, uma vez que não se chegou a um acordo com relação aos termos finais da transação.

Em 17 de julho de 2018, a Renova informou que recebeu, de diversos investidores, propostas não vinculantes para aquisição do ativo e que tais propostas estão em processo de *due diligence*. Também informou que não foi concedida exclusividade a qualquer um dos interessados.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova, incluindo a Companhia, e aportes efetuados pela mesma em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna. A Companhia, através dos seus órgãos de governança e controle, acompanha o desenvolvimento das investigações, além de estar em processo de avaliação dos procedimentos e controles internos executados pela Companhia na época em que os eventos objeto de indagação por parte das autoridades policiais ocorreram.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas informações contábeis intermediárias da Renova e da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2018.

Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp

Em 17 de maio de 2018, foi celebrado, entre a Companhia e a Energimp S.A. (“Energimp”), documento denominado “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças” referente ao descruzamento das participações societárias atualmente detidas conjuntamente pela Companhia e pela Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”), Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) e Central Eólica Praia de Morgado S.A. (“Morgado”).

O descruzamento de ativos será efetuado de forma que a totalidade das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social de Parajuru e de Volta do Rio passe a ser de titularidade integral da Companhia, e a totalidade das ações representativas do capital social de Morgado passe a ser de titularidade integral e exclusiva da Energimp.

O descruzamento foi aprovado pelo órgão de defesa da concorrência, CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), e encontra-se em processo de aprovação pelo banco financiador.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.361.756	(4.349.032)	2.012.724	6.342.503	(4.268.303)	2.074.200
Terrenos	220.579	(14.670)	205.909	220.582	(13.450)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	3.006.797	(1.974.006)	1.032.791	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.039.593	(762.721)	276.872	1.039.564	(754.945)	284.619
Máquinas e equipamentos	2.049.606	(1.560.997)	488.609	2.030.392	(1.525.069)	505.323
Veículos	31.525	(26.268)	5.257	28.712	(25.611)	3.101
Móveis e utensílios	13.656	(10.370)	3.286	13.651	(10.731)	2.920
Em Curso	89.276	-	89.276	88.690	-	88.690
Ativos em formação	89.276	-	89.276	88.690	-	88.690
Imobilizado líquido	6.451.032	(4.349.032)	2.102.000	6.431.193	(4.268.303)	2.162.890

Controladora	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Valor Líquido	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.357.380	(4.348.869)	2.008.511	6.339.089	(4.268.227)	2.070.862
Terrenos	220.579	(14.670)	205.909	220.582	(13.450)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	3.006.689	(1.974.006)	1.032.683	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.039.593	(762.721)	276.872	1.039.564	(754.945)	284.619
Máquinas e equipamentos	2.045.338	(1.560.834)	484.504	2.026.978	(1.524.993)	501.985
Veículos	31.525	(26.268)	5.257	28.712	(25.611)	3.101
Móveis e utensílios	13.656	(10.370)	3.286	13.651	(10.731)	2.920
Em Curso	83.061	-	83.061	84.985	-	84.985
Ativos em formação	83.061	-	83.061	84.985	-	84.985
Imobilizado líquido	6.440.441	(4.348.869)	2.091.572	6.424.074	(4.268.227)	2.155.847

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	30/06/2018
Em serviço	2.074.200	-	15.850	(6.479)	(70.847)	2.012.724
Terrenos	207.132	-	-	(3)	(1.220)	205.909
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	111	(1.966)	(36.459)	1.032.791
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	568	(237)	(8.078)	276.872
Máquinas e equipamentos	505.323	-	11.852	(4.273)	(24.293)	488.609
Veículos	3.101	-	2.822	-	(666)	5.257
Móveis e utensílios	2.920	-	497	-	(131)	3.286
Em curso	88.690	17.482	(15.744)	(1.152)	-	89.276
Imobilizado líquido	2.162.890	17.482	106	(7.631)	(70.847)	2.102.000

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	30/06/2018
Em serviço	2.070.862	-	14.887	(6.478)	(70.760)	2.008.511
Terrenos	207.132	-	-	(3)	(1.220)	205.909
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	3	(1.966)	(36.459)	1.032.683
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	568	(237)	(8.078)	276.872
Máquinas e equipamentos	501.985	-	10.997	(4.272)	(24.206)	484.504
Veículos	3.101	-	2.822	-	(666)	5.257
Móveis e utensílios	2.920	-	497	-	(131)	3.286
Em curso	84.985	14.009	(14.781)	(1.152)	-	83.061
Imobilizado líquido	2.155.847	14.009	106	(7.630)	(70.760)	2.091.572

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	30/06/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(869.239)	32.818	(4.717)	(82.324)	2.130.319
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	(4.659)	208.509
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	576	-	(40.280)	1.109.376
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	424	-	(8.626)	292.275
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(298.058)	31.818	(4.717)	(28.037)	513.755
Veículos	4.225	-	-	-	-	(563)	3.662
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(159)	2.742
Em Curso	116.371	9.651	(130)	(32.818)	(1.814)	-	91.260
Imobilizado Líquido	3.170.152	9.651	(869.369)	-	(6.531)	(82.324)	2.221.579

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	30/06/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(869.239)	31.455	(4.717)	(82.295)	2.128.985
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	(4.659)	208.509
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	576	-	(40.280)	1.109.376
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	424	-	(8.626)	292.275
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(298.058)	30.455	(4.717)	(28.008)	512.421
Veículos	4.225	-	-	-	-	(563)	3.662
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(159)	2.742
Em Curso	114.599	8.490	(130)	(31.455)	(1.814)	-	89.690
Imobilizado Líquido	3.168.380	8.490	(869.369)	-	(6.531)	(82.295)	2.218.675

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguar e Miranda, no montante de R\$799.117 e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande, no montante de R\$70.252.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,10%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2018	31/12/2017
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	4,03	217.210	217.109
Depreciação acumulada			(95.018)	(90.649)
Total em operação			122.192	126.460
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	240	340
Total em construção			240	340

14. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Consolidado e Controladora	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	93.412	(67.662)	25.750	89.923	(66.001)	23.922
Servidão	11.451	(2.327)	9.124	11.451	(1.990)	9.461
Concessão Onerosa	19.169	(11.591)	7.578	19.169	(11.251)	7.918
Outros	62.792	(53.744)	9.048	59.303	(52.760)	6.543
Em Curso	5.956	-	5.956	8.718	-	8.718
Ativos em formação	5.956	-	5.956	8.718	-	8.718
Intangível Líquido	99.368	(67.662)	31.706	98.641	(66.001)	32.640

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Consolidado e Controladora	31/12/2017	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	30/06/2018
Em serviço	23.922	-	4.184	(115)	(2.241)	25.750
Servidão	9.461	-	-	-	(337)	9.124
Concessão onerosa	7.918	-	-	-	(340)	7.578
Outros	6.543	-	4.184	(115)	(1.564)	9.048
Em Curso	8.718	1.422	(4.184)	-	-	5.956
Ativos em formação	8.718	1.422	(4.184)	-	-	5.956
Total	32.640	1.422	-	(115)	(2.241)	31.706

Consolidado e Controladora	31/12/2016	Adição	Usinas V. Grande/Jag uara/Miranda	Capitalização / Transferência	Baixa	Amortização	30/06/2017
Em Serviço	26.532	-	(80)	614	-	(2.664)	24.402
Servidão	10.136	-	-	-	-	(336)	9.800
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(340)	8.257
Outros	7.799	-	(80)	614	-	(1.988)	6.345
Em Curso	9.220	331	-	(614)	(15)	-	8.922
Ativos em formação	9.220	331	-	(614)	(15)	-	8.922
Total	35.752	331	(80)	-	(15)	(2.664)	33.324

A taxa de amortização média anual é de 13,36%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

15. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Suprimento e transporte de energia elétrica	339.932	420.268	325.544	409.716
Materiais e serviços	28.317	51.775	25.894	44.796
	368.249	472.043	351.438	454.512

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS	10.978	60.635	7.349	57.723
PASEP	4.882	9.782	3.751	9.047
COFINS	21.468	45.139	17.411	41.748
INSS	3.575	3.816	3.269	3.522
ISSQN	825	992	733	900
Outros	3.038	13.302	2.931	13.098
	44.766	133.666	35.444	126.038
Não Circulante				
PASEP	556	535	556	535
COFINS	3.422	3.295	3.422	3.295
	3.978	3.830	3.978	3.830
	48.744	137.496	39.422	129.868

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 30/06/2018			Consolidado 31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	4.936	-	4.936	4.383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	29.139	3.855.800	3.884.939	3.333.149
(-) Custos de Transação				-	(15.566)	(15.566)	(15.400)
(-) Juros Pagos Antecipadamente (1)				-	(46.312)	(46.312)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				34.075	3.793.922	3.827.997	3.274.442
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	124.665	617.622	742.287	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	126.494	-	126.494	121.470
FINEP	2018	TJLP+5% e	R\$	786	-	786	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2018	TJLP+8%	R\$	185	-	185	185
		IPCA	R\$	728	-	728	728
(-) Custos de Transação				(728)	(2.747)	(3.475)	(8.854)
Dívida em Moeda Nacional				251.402	614.875	866.277	857.524
Total de Empréstimos e Financiamentos				285.477	4.408.797	4.694.274	4.131.966
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	149.006	-	149.006	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	21.934	977.097	999.031	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	731.386	-	731.386	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	527.921	-	527.921	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	2.399	31.556	33.955	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	293.413	1.248.401	1.541.814	1.683.557
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (4)				(5.130)	-	(5.130)	(12.405)
(-) Custos de Transação				(6.026)	(25.657)	(31.683)	(37.028)
Total de Debêntures				1.714.903	2.231.397	3.946.300	4.188.197
Total Geral				2.000.380	6.640.194	8.640.574	8.320.163

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 30/06/2018			Controladora 31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	4.936	-	4.936	4.383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	29.139	3.855.800	3.884.939	3.333.149
(-) Custos de Transação				-	(15.566)	(15.566)	(15.400)
(-) Juros Pagos Antecipadamente (1)				-	(46.312)	(46.312)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				34.075	3.793.922	3.827.997	3.274.442
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	124.665	617.622	742.287	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	126.494	-	126.494	121.470
		TJLP+5% e					
FINEP	2018	TJLP+8%	R\$	786	-	786	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				(728)	(2.747)	(3.475)	(8.854)
Dívida em Moeda Nacional				251.402	614.875	866.277	857.524
Total de Empréstimos e Financiamentos				285.477	4.408.797	4.694.274	4.131.966
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	149.006	-	149.006	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	21.934	977.097	999.031	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	731.386	-	731.386	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	527.921	-	527.921	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	2.399	31.556	33.955	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	293.413	1.248.401	1.541.814	1.683.557
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (4)				(3.173)	-	(3.173)	(9.470)
(-) Custos de Transação				(6.026)	(25.657)	(31.683)	(37.028)
Total de Debêntures				1.716.860	2.231.397	3.948.257	4.191.132
Total Geral				2.002.337	6.640.194	8.642.531	8.323.098

(1) Juros pagos de forma antecipada no recebimento dos recursos do Eurobonds;

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.;

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem preferência, nominativa e escritural;

(4) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 25.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas								
Euro	4.704	232	-	-	-	-	-	4.936
Dólar Norte Americano	29.139	-	-	-	-	-	3.855.800	3.884.939
Total por Moedas	33.843	232	-	-	-	-	3.855.800	3.889.875
Indexadores								
IPCA (1)	27.688	161.614	338.220	322.442	332.213	-	-	1.182.177
CDI (2)	1.425.427	746.644	746.645	746.056	-	-	-	3.664.772
TJLP (3)	786	-	-	-	-	-	-	786
Total por Indexadores	1.453.901	908.258	1.084.865	1.068.498	332.213	-	-	4.847.735
(-) Custos de Transação	(1.100)	(11.330)	(11.361)	(11.325)	(42)	-	(15.566)	(50.724)
(-) Juros Pagos Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(46.312)	(46.312)
Total Geral	1.486.644	897.160	1.073.504	1.057.173	332.171	-	3.793.922	8.640.574

Controladora	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas								
Euro	4.704	232	-	-	-	-	-	4.936
Dólar Norte Americano	29.139	-	-	-	-	-	3.855.800	3.884.939
Total por Moedas	33.843	232	-	-	-	-	3.855.800	3.889.875
Indexadores								
IPCA (1)	27.688	161.614	338.220	322.442	332.213	-	-	1.182.177
CDI (2)	1.427.384	746.644	746.645	746.056	-	-	-	3.666.729
TJLP (3)	786	-	-	-	-	-	-	786
Total por Indexadores	1.455.858	908.258	1.084.865	1.068.498	332.213	-	-	4.849.692
(-) Custos de Transação	(1.100)	(11.330)	(11.361)	(11.325)	(42)	-	(15.566)	(50.724)
(-) Juros Pagos	-	-	-	-	-	-	(46.312)	(46.312)
Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(46.312)	(46.312)
Total Geral	1.488.601	897.160	1.073.504	1.057.173	332.171	-	3.793.922	8.642.531

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada no 1º semestre de 2018 %	Variação Acumulada no 1º semestre de 2017 %	Indexador	Variação Acumulada no 1º semestre de 2018 %	Variação Acumulada no 1º semestre de 2017 %
Dólar Norte-Americano	16,56	1,51	IPCA	2,60	1,18
Euro	13,45	9,79	CDI	3,17	5,61
			TJLP	(5,71)	(6,67)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.320.163	8.323.098
Variação Monetária	21.727	21.727
Variação Cambial	548.353	548.353
Encargos Financeiros Provisionados	405.737	405.737
Amortização dos Custos de Transação	9.503	9.503
Encargos Financeiros Pagos	(382.229)	(382.229)
Amortização de Financiamentos	(289.955)	(289.955)
Subtotal	8.633.299	8.636.234
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	7.275	6.297
Saldo em 30 de junho de 2018	8.640.574	8.642.531

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.633.671	8.643.585
Variação Monetária	23.896	23.896
Variação Cambial	710	710
Encargos Financeiros Provisionados	526.027	526.027
Amortização dos Custos de Transação	17.691	17.691
Encargos Financeiros Pagos	(409.561)	(409.561)
Amortização de Financiamentos	(637.436)	(637.436)
Subtotal	8.154.998	8.164.912
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(12.701)	10.535
Saldo em 30 de junho de 2017	8.142.297	8.175.447

Garantias

Em 30 de junho de 2018, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig da seguinte forma:

	30/06/2018
Aval e Fiança	6.385.463
Recebíveis	1.039.776
Ações	1.210.399
Sem Garantia	4.936
TOTAL	8.640.574

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
7ª emissão de debêntures (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral
Eurobonds (3)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral

(1) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pelo Eurobonds, mediante aditivos contratuais;

(2) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.

(3) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Passivo				
Reserva Global de Reversão – RGR	-	8.753	-	8.753
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	3.511	14.622	2.456	13.549
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	57.135	51.639	57.136	51.639
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	697	740	552	595
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	5.991	6.612	5.991	6.612
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.571	2.359	1.163	1.945
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	147.328	150.050	142.216	146.231
Pesquisa Expansão Sistema Energético	919	1.314	721	1.111
	217.152	236.089	210.235	230.435
Passivo Circulante	135.250	151.532	133.511	149.698
Passivo Não Circulante	81.902	84.557	76.724	80.737

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	357.099	356.833	7.662	184.867	906.461
Despesa Reconhecida no Resultado	18.618	19.833	428	10.016	48.895
Contribuições Pagas	(17.681)	(11.406)	(271)	(876)	(30.234)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2017	358.036	365.260	7.819	194.007	925.122
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	435.902	398.630	8.441	61.558	904.531
Despesa Reconhecida no Resultado	20.299	20.088	420	3.067	43.874
Contribuições Pagas	(19.746)	(12.169)	(277)	(1.104)	(33.296)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2018	436.455	406.549	8.584	63.521	915.109
				30/06/2018	31/12/2017
Passivo Circulante				53.416	52.395
Passivo Não Circulante				861.693	852.136

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$36.370 (R\$40.752 no primeiro semestre de 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$7.504 (R\$8.143 no primeiro semestre de 2017).

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui registrada uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$155.285 (R\$163.049 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 30 de junho de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$86.065 (R\$64.109 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig GT ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	48.964	12.414	(16)	(2.741)	58.621
Cíveis	251	33	(90)	(33)	161
Tributárias	9.046	-	(340)	-	8.706
Regulatórias	2.206	137	-	(1)	2.342
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	4.222	(2.022)	(101)	37.942
Total	96.310	16.833	(2.468)	(2.903)	107.772

Consolidado	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	46.286	14.739	-	(4.485)	56.540
Cíveis	364	31	-	(7)	388
Tributárias	7.145	67	(1.618)	-	5.594
Regulatórias	50	2.526	(4)	(498)	2.074
Outras	51.451	4.064	-	(502)	55.013
Total	105.296	21.427	(1.622)	(5.492)	119.609

Controladora	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	48.948	12.414	-	(2.741)	58.621
Cíveis	251	33	(90)	(33)	161
Tributárias	9.046	-	(340)	-	8.706
Regulatórias	2.206	137	-	(1)	2.342
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	4.222	(2.022)	(101)	37.942
Total	96.294	16.833	(2.452)	(2.903)	107.772

Controladora	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	46.286	14.724	-	(4.485)	56.525
Cíveis	364	31	-	(7)	388
Tributárias	7.145	67	(1.618)	-	5.594
Regulatórias	50	2.526	(4)	(498)	2.074
Outras	51.451	4.064	-	(502)	55.013
Total	105.296	21.412	(1.622)	(5.492)	119.594

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$178.442 (R\$167.948 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$58.621 (R\$48.964 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$43.008 (R\$37.328 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$8.706 (R\$9.046 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$20.081 (R\$23.319 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$2.342 (R\$2.206 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$33.975 (R\$31.987 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$75.465 (R\$77.571 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$4.128 foram provisionados (R\$4.107 em 31 de dezembro de 2017). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$64.031 (R\$63.027 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$74.819 (R\$73.334 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$205.469 (R\$458.619 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na análise dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$130.259 (R\$126.880 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$39.132 (R\$72.584 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$300.362 (R\$287.515 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$212.399 (R\$201.586 em 31 de dezembro de 2017). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$133.398 (R\$126.159 em 31 de dezembro de 2017).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$82.906 (R\$79.378 em 31 de dezembro de 2017).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$65.756 (R\$64.241 em 31 de dezembro de 2017), para os quais não há saldo provisionado, pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em procedimentos licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.511 (R\$26.149 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Resultado por ação – básico e diluído

O Resultado por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2018	30/06/2017	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Resultado do período	66.888	530.552	(180.390)	345.562
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	0,0231	0,1832	(0,0623)	0,1193

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 26 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no resultado por ação nos períodos apresentados.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no montante de R\$100.000, o qual será capitalizado por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Aumento de Capital - Proposta da Administração

Em 18 de julho de 2018, o Conselho de Administração aprovou encaminhar à Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) proposta de aumento do capital social para R\$2.600.000 com a integralização de reservas de lucros e do AFAC mencionado acima, no montante de R\$100.000, para atendimento ao art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, considerando que, em 30 de junho de 2018, as reservas de lucro excedem o capital social em R\$819.874.

22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.245.172	3.333.959	3.008.603	3.121.439
Receita de Transmissão – com impostos (b)	294.712	241.400	296.622	241.950
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	156.980	150.477	-	-
Receita de Construção (d)	4.732	7.025	4.732	7.025
Transações com energia na CCEE (e)	154.151	412.075	146.787	411.312
Receita de Indenização da Transmissão (f)	146.519	269.855	146.519	269.855
Receita de Indenização da Geração (g)	34.463	-	34.463	-
Outras receitas operacionais	27.655	17.356	37.874	24.883
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(788.709)	(762.977)	(729.066)	(712.196)
	3.275.675	3.669.170	2.946.534	3.364.268

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.714.697	1.763.569	1.590.702	1.654.721
Receita de Transmissão – com impostos (b)	151.166	114.340	152.122	114.678
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	75.153	70.970	-	-
Receita de Construção (d)	3.669	4.105	3.669	4.105
Transações com energia na CCEE (e)	32.417	192.062	40.112	192.991
Receita de Indenização da Transmissão (f)	96.678	204.025	96.678	204.025
Receita de Indenização da Geração (g)	17.218	-	17.218	-
Outras receitas operacionais	14.388	7.164	18.979	10.174
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(392.195)	(361.348)	(362.330)	(334.119)
	1.713.191	1.994.887	1.557.150	1.846.575

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	6.997.103	1.554.617	7.062.196	1.640.636	6.450.956	1.430.822	6.657.911	1.548.370
Comercial	1.536.251	347.911	1.058.806	268.714	1.536.251	347.911	1.058.806	268.714
Rural	315	78	3.660	537	315	78	3.660	537
Subtotal	8.533.669	1.902.606	8.124.662	1.909.887	7.987.522	1.778.811	7.720.377	1.817.621
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(4.612)	-	23.571	-	(6.900)	-	7.958
	8.533.669	1.897.994	8.124.662	1.933.458	7.987.522	1.771.911	7.720.377	1.825.579
Suprim. Outras Concessionárias (2)	5.590.372	1.420.996	5.777.612	1.475.050	5.590.372	1.310.510	5.777.612	1.356.742
Suprimento não Faturado Líquido	-	(73.818)	-	(74.549)	-	(73.818)	-	(60.882)
	14.124.041	3.245.172	13.902.274	3.333.959	13.577.894	3.008.603	13.497.989	3.121.439

	Consolidado				Controladora			
	Abr a Jun/18		Abr a Jun/17		Abr a Jun/18		Abr a Jun/17	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.733.998	790.961	3.628.119	850.468	3.430.046	724.228	3.373.679	792.570
Comercial	851.996	180.103	563.620	145.050	851.996	180.103	563.620	145.050
Rural	315	78	3.660	537	315	78	3.660	537
Subtotal	4.586.309	971.142	4.195.399	996.055	4.282.357	904.409	3.940.959	938.157
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	40.874	-	7.334	-	39.300	-	8.200
	4.586.309	1.012.016	4.195.399	1.003.389	4.282.357	943.709	3.940.959	946.357
Suprim. Outras Concessionárias (2)	2.969.502	741.733	2.866.338	759.223	2.969.502	686.045	2.866.338	707.407
Suprimento não Faturado Líquido	-	(39.052)	-	957	-	(39.052)	-	957
	7.555.811	1.714.697	7.061.737	1.763.569	7.251.859	1.590.702	6.807.297	1.654.721

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$9.671 no semestre findo em 30 de junho de 2018.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

(d) Receita de Construção

A receita de construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período, sendo que a margem de construção é zero e os custos de construção são iguais à receita de construção.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor de R\$146.519 (R\$269.855 no semestre findo em 30 de junho de 2017) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 11.

(g) Receita de Indenização da Geração

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$34.463 referente à atualização do saldo do ativo financeiro relativo à indenização das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 11.

(h) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Tributos sobre a Receita				
ICMS	271.101	285.102	248.819	268.495
COFINS	301.999	290.438	277.010	267.994
PIS-PASEP	65.543	63.049	60.139	58.177
ISSQN	1.178	1.006	1.178	1.006
	639.821	639.595	587.146	595.672
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	9.313	(1.007)	9.313	(1.007)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	73.861	31.572	73.861	31.572
PROINFA	19.443	19.577	19.443	19.577
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.477	8.499	5.251	7.404
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	6.477	8.499	5.251	7.404
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.238	4.250	2.625	3.702
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	3.939	8.211	3.069	7.203
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	26.140	43.781	23.107	40.669
	148.888	123.382	141.920	116.524
	788.709	762.977	729.066	712.196

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Tributos sobre a Receita				
ICMS	134.515	148.738	122.503	138.318
COFINS	155.163	146.946	143.313	135.913
PIS-PASEP	33.669	31.899	31.114	29.503
ISSQN	630	457	630	457
	323.977	328.040	297.560	304.191
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR (reversão)	4.625	(10.386)	4.625	(10.386)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	35.190	3.823	35.190	3.823
PROINFA	9.202	9.914	9.202	9.914
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.385	3.268	2.800	2.723
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	3.385	3.268	2.800	2.723
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.692	1.634	1.400	1.361
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.944	4.107	1.508	3.601
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	8.795	17.680	7.245	16.169
	68.218	33.308	64.770	29.928
	392.195	361.348	362.330	334.119

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal(a)	164.930	211.565	152.435	205.228
Participação dos Empregados no Resultado	4.511	5.624	4.511	5.624
Obrigações Pós-Emprego	36.370	40.752	36.370	40.752
Materiais	4.889	5.782	4.062	5.016
Serviços de Terceiros (b)	61.747	63.790	56.176	56.603
Depreciação e Amortização	73.088	86.333	73.001	86.304
Provisões (c)	39.576	61.408	39.592	61.393
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	125.521	166.056	108.654	149.826
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	1.692.509	1.714.863	1.666.009	1.693.189
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	4.732	7.025	4.732	7.025
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	30.692	27.713	29.853	26.419
	2.238.565	2.390.911	2.175.395	2.337.379

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Pessoal (a)	85.391	120.220	77.972	116.866
Participação dos Empregados no Resultado (reversão de provisão)	(79)	1.187	(79)	1.187
Obrigações Pós-Emprego	18.507	20.687	18.507	20.687
Materiais	2.840	3.221	2.371	2.846
Serviços de Terceiros (b)	34.829	37.089	31.227	32.117
Depreciação e Amortização	36.539	45.159	36.493	45.138
Provisões (c)	30.577	5.841	30.593	5.826
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	55.879	84.120	46.880	75.449
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	897.095	980.581	880.043	961.385
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	3.669	4.105	3.669	4.105
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	17.906	8.175	17.473	7.862
	1.183.153	1.310.385	1.145.149	1.273.468

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional. No período de janeiro a junho de 2018, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$6.731, correspondente à adesão de 37 empregados.

No período de janeiro a junho de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$37.616, correspondente à adesão de 174 empregados.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Comunicação	1.320	1.625	1.288	1.579
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	6.359	8.460	6.823	5.973
Conservação e Limpeza de Prédios	14.450	12.339	11.706	10.080
Mão de Obra Contratada	4.392	1.935	4.392	1.935
Frete e Passagens	1.059	1.085	1.058	1.080
Hospedagem e Alimentação	1.447	1.601	1.429	1.507
Vigilância	5.215	6.069	4.225	5.231
Consultoria	953	2.518	953	2.518
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	284	281	258	272
Tecnologia da Informação	4.289	5.625	3.614	5.618
Manutenção e Conservação de Veículos	156	106	143	96
Energia Elétrica	1.960	2.351	1.808	2.128
Meio Ambiente	2.914	6.901	2.172	6.168
Limpeza de Faixas	2.155	734	2.155	702
Serviços de Reprografia	537	576	504	571
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.882	1.916	1.882	1.916
Outros	12.375	9.668	11.766	9.229
	61.747	63.790	56.176	56.603

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Comunicação	680	1.046	672	1.021
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	4.247	5.331	3.772	3.267
Conservação e Limpeza de Prédios	7.285	7.558	5.962	5.987
Mão de Obra Contratada	2.953	846	2.953	846
Frete e Passagens	721	687	720	685
Hospedagem e Alimentação	731	922	723	879
Vigilância	2.796	3.147	2.340	2.732
Consultoria	397	1.475	397	1.475
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	136	195	126	191
Tecnologia da Informação	2.386	4.444	1.926	4.437
Manutenção e Conservação de Veículos	87	43	80	36
Energia Elétrica	863	1.247	785	1.106
Meio Ambiente	1.412	2.669	929	2.258
Limpeza de Faixas	1.157	589	1.157	574
Serviços de Reprografia	158	292	153	292
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.204	1.354	1.204	1.354
Outros	7.616	5.244	7.328	4.977
	34.829	37.089	31.227	32.117

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	152	-	152	-
Perda estimada para Outros Créditos a Receber (1)	453	-	453	-
Provisão (reversão) para Contingências				
Trabalhistas	12.398	14.739	12.414	14.724
Cíveis	(57)	31	(57)	31
Tributárias	(340)	(1.551)	(340)	(1.551)
Regulatórias	137	2.522	137	2.522
Ambientais	27	-	27	-
Outras	2.200	4.065	2.200	4.065
	14.365	19.806	14.381	19.791
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 26)	24.606	41.602	24.606	41.602
	39.576	61.408	39.592	61.393

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	19	-	19	-
Perda estimada para Outros Créditos a Receber (1)	-	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências				
Trabalhistas	7.557	8.585	7.573	8.570
Cíveis	(90)	12	(90)	12
Tributárias	(345)	(1.861)	(345)	(1.861)
Regulatórias	79	2.517	79	2.517
Ambientais	-	-	-	-
Outras	3.208	1.922	3.208	1.922
	10.409	11.175	10.425	11.160
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 26)	20.149	(5.334)	20.149	(5.334)
	30.577	5.841	30.593	5.826

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Energia de curto prazo - CCEE	54.745	39.388	45.976	15.982
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.779.090	1.824.252	1.777.639	1.824.252
Contratos Bilaterais	17.684	-	-	-
Créditos de PASEP/COFINS	(159.010)	(148.777)	(157.606)	(147.045)
	1.692.509	1.714.863	1.666.009	1.693.189

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Energia de curto prazo - CCEE	50.248	25.173	41.481	4.498
Energia adquirida no Ambiente Livre	922.797	1.036.149	922.797	1.036.149
Contratos Bilaterais	8.873	-	-	-
Créditos de PASEP/COFINS	(84.823)	(80.741)	(84.235)	(79.262)
	897.095	980.581	880.043	961.385

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal	2.383	565	2.383	565
Materiais	1.010	3.741	1.010	3.741
Serviços de Terceiros	2.206	3.261	2.206	3.261
Outros	(867)	(542)	(867)	(542)
	4.732	7.025	4.732	7.025

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Pessoal	2.290	81	2.290	81
Materiais	449	3.131	449	3.131
Serviços de Terceiros	1.893	2.051	1.893	2.051
Outros	(963)	(1.158)	(963)	(1.158)
	3.669	4.105	3.669	4.105

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Arrendamentos e Aluguéis	11.493	7.305	11.178	7.004
Propaganda e Publicidade	407	87	388	87
Subvenções e Doações	677	1.161	677	479
Despesa Concessão Onerosa	1.446	1.529	1.446	1.529
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	613	933	529	832
Anuidade CCEE	2.079	1.991	2.079	1.991
Seguros	1.714	1.891	1.713	1.891
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	312	1.696	312	1.696
FORLUZ – Custeio Administrativo	3.457	2.897	3.457	2.897
Outros	8.494	8.223	8.074	8.013
	30.692	27.713	29.853	26.419

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Arrendamentos e Aluguéis	5.766	2.330	5.607	2.169
Propaganda e Publicidade	211	69	192	69
Subvenções e Doações	568	329	568	329
Despesa Concessão Onerosa	668	777	668	777
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	271	721	240	690
Anuidade CCEE	1.014	997	1.014	997
Seguros	762	813	761	813
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	127	99	127	99
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.494	1.457	1.494	1.457
Outros	7.025	583	6.802	462
	17.906	8.175	17.473	7.862

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	19.218	40.341	12.899	22.197
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	5.909	5.116	3.510	4.289
Variação Monetária	7.238	4.110	7.060	4.110
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	5.622	8.742	5.622	8.742
Rendas de Antecipação de Pagamento	11.850	27.759	9.287	27.757
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(3.377)	(3.833)	(3.011)	(3.237)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	180.429	-	180.429	-
Outras	26.425	2.524	26.387	2.515
	253.314	84.759	242.183	66.373
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(405.737)	(526.027)	(405.737)	(526.027)
Amortização do custo de transação	(9.503)	(17.691)	(9.503)	(17.691)
Variação Monetária – Forluz	(7.504)	(8.143)	(7.504)	(8.143)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(21.727)	(23.896)	(21.727)	(23.896)
Variações Monetárias	(6.553)	(6.127)	(6.421)	(6.039)
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos	(548.353)	(710)	(548.353)	(710)
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes	(5.411)	(24.680)	(5.411)	(24.680)
Outras	(3.798)	(10.848)	(2.357)	(10.820)
	(1.008.586)	(618.122)	(1.007.013)	(618.006)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(755.272)	(533.363)	(764.830)	(551.633)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	8.821	17.634	5.736	7.970
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	2.762	2.353	1.581	1.588
Variação Monetária	2.802	1.938	2.624	1.938
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	3.271	6.231	3.271	6.231
Rendas de Antecipação de Pagamento	6.484	13.069	5.529	13.067
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(1.748)	(1.796)	(1.586)	(1.468)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	82.912	-	82.912	-
Outras	15.366	752	15.367	747
	120.670	40.181	115.434	30.073
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(216.474)	(237.561)	(216.474)	(237.561)
Amortização do custo de transação	(3.293)	(8.829)	(3.293)	(8.829)
Variação Monetária – Forluz	(3.429)	(3.760)	(3.429)	(3.760)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(8.610)	(8.558)	(8.610)	(8.558)
Variações Monetárias	(3.732)	(2.082)	(3.661)	(2.033)
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos	(532.425)	(710)	(532.425)	(710)
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes	(2.567)	(12.119)	(2.567)	(12.119)
Outras	(353)	(4.611)	(346)	(4.608)
	(770.883)	(278.230)	(770.805)	(278.178)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(650.213)	(238.049)	(655.371)	(248.105)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	541	2.768	-	-	(541)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	364.230	564.230	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	26.191	40.162	17.146	10.513	(324.342)	(212.341)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	33.386	49.048	-	-	4.026	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	-	5.084	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	332	209	(36.847)	(35.085)
Prestação de Serviço (4)	1.483	1.657	-	-	5.964	5.373	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	72.315	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	130	-	-	8.287	2.926	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (4)	211	211	-	-	446	431	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	3.558	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(9.012)	(10.463)
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(898)	(678)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.581	2.581	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.589	-	-	-	(9.154)	(7.172)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	584	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.291	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	11.963	1.744	-	-	(66.548)	(102.750)
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	99.118	-	-	-	2.550	26.486	-	-
Contas a receber (6)	367.436	350.200	-	-	17.236	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	326	725	-	-	(2.226)	(5.723)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	20	46	-	-	(134)	(317)
Prestação de Serviço (4)	90	90	-	-	637	634	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	84	1.128	402	404	30.155	24.291	-	(512)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.628	3.605	-	-	(11.300)	(23.179)
Prestação de Serviço (4)	172	404	-	-	282	528	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	663	5.132	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	23.338	22.212	891	3.263	122.180	91.521	(12.184)	(21.294)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	89.001	214.663	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	130.936	447.073	-	-	2.176	16.946	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (7)	(5.130)	(12.405)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	40.357	14.660	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	26.578	24.632	-	-	(20.299)	(18.618)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definitiva (9)	-	-	-	-	-	-	(9.608)	(11.130)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(3.457)	(2.897)
Arrendamento Operacional (11)	-	-	358	1.391	-	-	(6.565)	(7.012)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	409.877	411.270	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	24.518	25.822	-	-	(20.508)	(20.261)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	390.615	338.673	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. O pagamento está sendo efetuado através de faturas de suprimento de energia emitidas a partir de janeiro de 2018, em 12 parcelas;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (5) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivadora vincendos nos meses de abril de 2018 a maio de 2019, descontados à taxa de 155% do Certificado de Depósitos Interbancários divulgado pela Cetip;
- (6) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$367 milhões, a serem liquidadas em parcelas mensais, com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização pela variação de 150% a 155% do CDI;
- (7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 19);
- (9) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (12) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2018, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2018			31/12/2017		
				Cemig GT 8,51%	Demais controladas 5,24% (1)	Total (consolidado) 13,75%	Cemig GT 26,85%	Demais controladas 8,32% (1)	Total (consolidado) 35,17%
ETAU	Debêntures Nota	108% do CDI	01/12/2019	856	528	1.384	2.706	838	3.544
LIGHT	Promissória Nota	CDI + 3,50%	22/01/2019	584	360	944	5.375	1.666	7.041
CEMIG D	Promissória	151% do CDI	24/10/2019	4.316	2.662	6.978	-	-	-
				5.756	3.550	9.306	8.081	2.504	10.585

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração	2.825	2.094
Participação nos Resultados	490	37
Benefícios Assistenciais	318	177
	3.633	2.308

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30 de junho de 2018		31 de dezembro de 2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2	496.117	496.117	398.639	398.639
Títulos e Valores Mobiliários	2	41.363	41.363	21.291	21.291
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	2	945.935	945.935	939.640	939.640
Fundos Vinculados	2	19.102	19.102	18.344	18.344
Adiantamentos a Fornecedores	2	183.951	183.951	103.998	103.998
Valores a receber de partes relacionadas	2	368.392	368.392	351.709	351.709
Depósitos Vinculados a Litígios	2	317.701	317.701	309.994	309.994
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	3	552.019	552.019	547.800	547.800
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.371.831	2.371.831	2.337.135	2.337.135
		5.296.411	5.296.411	5.028.550	5.028.550
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	491	491	1.214	1.214
Letras Financeiras – Bancos	2	83.378	83.378	142.881	142.881
Letras Financeiras do Tesouro	1	63.536	63.536	364.561	364.561
Debêntures	2	1.692	1.692	5.675	5.675
		149.097	149.097	514.331	514.331
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	132.431	132.431	8.649	8.649
Indenizações a Receber – Transmissão	3	1.822.294	1.822.294	1.928.038	1.928.038
Indenizações a Receber – Geração	3	1.935.220	1.935.220	1.900.757	1.900.757
		4.039.042	4.039.042	4.351.775	4.351.775
		9.335.453	9.335.453	9.380.325	9.380.325
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(8.640.574)	(8.640.574)	(8.320.163)	(8.320.163)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(155.285)	(155.285)	(163.049)	(163.049)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ	2	(86.065)	(86.065)	(64.109)	(64.109)
Concessões a Pagar	3	(18.477)	(18.477)	(21.227)	(21.227)
Fornecedores	2	(368.249)	(368.249)	(472.043)	(472.043)
Adiantamento de Clientes	2	(121.396)	(121.396)	(190.758)	(190.758)
		(9.390.046)	(9.390.046)	(9.231.349)	(9.231.349)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(1.214)	(1.214)	(41.111)	(41.111)
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(336.199)	(336.199)	(311.593)	(311.593)
		(337.413)	(337.413)	(352.704)	(352.704)
		(9.727.459)	(9.727.459)	(9.584.053)	(9.584.053)

(1) Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig;

Indenizações a Receber – Geração:

- Usinas operadas em regime de cotas – mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão, e atualização pela SELIC a partir da publicação da Portaria nº 291, de 3 de agosto de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 04; e,
- Usinas Miranda e São Simão - mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme estimativas da Companhia, a serem atualizados após a homologação dos valores pela ANEEL;

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia refrem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de *swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM).

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item “b) Instrumentos Financeiros – Derivativos”, desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 148,10% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 1,60% a 2,60%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros – Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de junho de 2018 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$336.199 (R\$311.593 em 31 de dezembro de 2017), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173	196.173
Variação do valor Justo	41.602	41.602
Saldo em 30 de junho de 2017	237.775	237.775
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593	311.593
Variação do valor justo	24.606	24.606
Saldo em 30 de junho de 2018	336.199	336.199

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 5,44% a 9,44% ao ano e volatilidade entre 21% e 81% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$306.536 e R\$391.101, respectivamente.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de junho de 2018, no montante de R\$180.429, registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 30/06/2018	Valor justo 30/06/2018	Valor Conforme contrato 31/12/2017	Valor justo 31/12/2017
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	De 07/2018 Até 12/2024	Balcão	US\$1.000.000	584.388	131.217	50.792	(32.462)

- 1) Combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25 e teto em R\$5,00 e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa equivalente a 150,49% do CDI.
- 2) Em milhares de US\$.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual.

A controladora Cemig é garantidora dos instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2018. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (5)	496.117	398.639	470.846	364.092
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	190.460	535.622	117.834	408.925
Contas a Receber – Renova (nota 25)	367.436	350.200	367.436	350.200
Adiantamentos a Fornecedores	183.951	103.998	164.100	71.975
Geração – indenização a receber – SELIC (nota 11)	1.935.220	1.084.346	1.935.220	1.084.346
Fundos Vinculados	19.102	18.344	19.077	18.326
	3.192.286	2.491.149	3.074.513	2.297.864
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 17)	(3.664.772)	(3.745.699)	(3.666.729)	(3.748.634)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 17)	(786)	(2.359)	(786)	(2.359)
Adiantamento de Clientes CDI (nota 7)	(121.396)	(147.066)	(121.396)	(147.066)
	(3.786.954)	(3.895.124)	(3.788.911)	(3.898.059)
Passivo Líquido Exposto	(594.668)	(1.403.975)	(714.398)	(1.600.195)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2019, as taxas SELIC e TJLP serão de 6,50%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais Consolidado	30/06/2018	30/06/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,5% TJLP 6,56%	Cenário Possível SELIC 8,13% TJLP 8,2%	Cenário Remoto SELIC 9,75% TJLP 9,84%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	496.117	528.365	536.451	544.488
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	190.460	202.840	205.944	209.030
Valores a receber de Partes Relacionadas – Renova – CDI (nota 25)	367.436	391.319	397.309	403.261
Adiantamento a Fornecedores	183.951	195.908	198.906	201.886
Geração – indenização a receber – SELIC (nota 11)	1.935.220	2.061.009	2.092.553	2.123.904
Fundos Vinculados	19.102	20.344	20.655	20.964
	3.192.286	3.399.785	3.451.818	3.503.533
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 17)	(3.664.772)	(3.902.982)	(3.962.718)	(4.022.087)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 17)	(786)	(838)	(850)	(863)
Adiantamento de Clientes (nota 7)	(121.396)	(129.287)	(131.265)	(133.232)
	(3.786.954)	(4.033.107)	(4.094.833)	(4.156.182)
Passivo Líquido Exposto	(594.668)	(633.322)	(643.015)	(652.649)
Efeito Líq.da Variação das Taxas de Juros		(38.654)	(48.347)	(57.981)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia e suas controladas não estão expostas ao risco de elevação da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 11)	2.371.831	2.337.135	-	-
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 11)	1.822.294	1.928.038	1.822.294	1.928.038
	4.194.125	4.265.173	1.822.294	1.928.038
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(1.182.177)	(1.343.545)	(1.182.177)	(1.343.545)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(155.285)	(163.049)	(155.285)	(163.049)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(86.065)	(64.109)	(86.065)	(64.109)
	(1.423.527)	(1.570.703)	(1.423.527)	(1.570.703)
Ativo Líquido	2.770.598	2.694.470	398.767	357.335

Análise de sensibilidade

No que se refere à probabilidade de elevação da inflação, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2019, a taxa IPCA será de 3,40%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	30/06/2018	30/06/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,4%	Cenário Possível IPCA 4,25%	Cenário Remoto IPCA 5,1%
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 11)	2.371.831	2.452.473	2.472.634	2.492.794
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 11)	1.822.294	1.884.252	1.899.741	1.915.231
	4.194.125	4.336.725	4.372.375	4.408.025
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 17)	(1.182.177)	(1.222.371)	(1.232.420)	(1.242.468)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(155.285)	(160.565)	(161.885)	(163.205)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(86.065)	(88.991)	(89.723)	(90.454)
	(1.423.527)	(1.471.927)	(1.484.028)	(1.496.127)
Ativo Líquido	2.770.598	2.864.798	2.888.347	2.911.898
Efeito Líquido da Variação da inflação		94.200	117.749	141.300

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	30/06/2018		31/12/2017	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.007.557	3.884.939	1.007.785	3.333.149
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.096	4.936	1.105	4.383
Passivo Líquido Exposto	1.008.653	3.889.875	1.008.890	3.337.532

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2019 será uma redução de 7,51% para o dólar (R\$3,57) e uma redução de 6,67% para o Euro (R\$4,20). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	30/06/2018	30/06/2019		
	Valor Contábil	Cenário Dólar 3,57 Euro 4,20	Cenário Dólar 4,46 Euro 5,25	Cenário Dólar 5,36 Euro 6,30
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	3.884.939	3.593.065	4.488.816	5.394.630
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	4.936	4.607	5.759	6.910
Passivo Líquido Exposto	3.889.875	3.597.672	4.494.575	5.401.540
Efeito Líquido da Variação Cambial		(292.203)	604.700	1.511.665

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Cemig GT apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	548.600	35.513	2.068.482	5.061.387	4.878.315	12.592.297
Concessões a pagar	203	401	1.766	8.087	14.255	24.712
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.583	5.176	23.677	140.480	39.630	211.546
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	792	1.589	7.260	43.039	118.225	170.905
	552.178	42.679	2.101.185	5.252.993	5.050.425	12.999.460
Pré-fixadas						
Fornecedores	364.326	3.923	-	-	-	368.249
	916.504	46.602	2.101.185	5.252.993	5.050.425	13.367.709

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$21.775.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento semestral foram atendidas em 30 de junho de 2018. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

d) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Total do Passivo	11.707.094	11.916.796	11.618.627	11.784.433
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(496.931)	(403.339)	(471.597)	(366.169)
Passivo Líquido	11.210.163	11.513.457	11.147.030	11.418.264
Total do Patrimônio Líquido	4.860.720	4.793.832	4.860.720	4.793.832
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,31	2,40	2,29	2,38

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017 estão apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2018		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.886.141	2.681.673	16.567.814
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.709.952	-	4.709.952
ADIÇÕES AO SEGMENTO	168.822	-	168.822
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	4.732	4.732
RECEITA LÍQUIDA	2.948.986	326.689	3.275.675
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.692.509)	-	(1.692.509)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(125.521)	-	(125.521)
	(1.818.030)	-	(1.818.030)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(112.355)	(52.575)	(164.930)
Participação dos Empregados no Resultado	(2.934)	(1.577)	(4.511)
Obrigações Pós Emprego (recuperação de despesas)	(23.053)	(13.317)	(36.370)
Materiais	(3.162)	(1.727)	(4.889)
Serviços de Terceiros	(42.867)	(18.880)	(61.747)
Depreciação e Amortização	(73.088)	-	(73.088)
Provisões	(35.614)	(3.962)	(39.576)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(4.732)	(4.732)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(22.892)	(7.800)	(30.692)
	(315.965)	(104.570)	(420.535)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.133.995)	(104.570)	(2.238.565)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(140.412)	-	(140.412)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	674.579	222.119	896.698
Receitas Financeiras	238.674	14.640	253.314
Despesas Financeiras	(1.006.243)	(2.343)	(1.008.586)
Resultado antes do IR e CSLL	(92.990)	234.416	141.426
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.542)	(61.996)	(74.538)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(105.532)	172.420	66.888

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2017		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	14.073.221	2.739.099	16.812.320
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.337.367	-	5.337.367
ADIÇÕES AO SEGMENTO	196.213	-	196.213
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	156.280	156.280
RECEITA LÍQUIDA	3.220.025	449.145	3.669.170
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.714.863)	-	(1.714.863)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(166.222)	166	(166.056)
	(1.881.085)	166	(1.880.919)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(153.095)	(58.470)	(211.565)
Participação dos Empregados no Resultado	(3.803)	(1.821)	(5.624)
Obrigações Pós Emprego	(28.068)	(12.684)	(40.752)
Materiais	(4.459)	(1.323)	(5.782)
Serviços de Terceiros	(49.927)	(13.863)	(63.790)
Depreciação e Amortização	(86.333)	-	(86.333)
Provisões	(56.982)	(4.426)	(61.408)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(7.025)	(7.025)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(23.940)	(3.773)	(27.713)
	(406.607)	(103.385)	(509.992)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.287.692)	(103.219)	(2.390.911)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.467	-	14.467
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	946.800	345.926	1.292.726
Receitas Financeiras	81.154	3.605	84.759
Despesas Financeiras	(616.899)	(1.223)	(618.122)
Resultado antes do IR e CSLL	411.055	348.308	759.363
Imposto de Renda e Contribuição Social	(121.820)	(106.991)	(228.811)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	289.235	241.317	530.552

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Antecipação de pagamento por entrega futura de energia elétrica

Em 10 de julho e 08 de agosto de 2018, foram antecipados pela Cemig GT à controlada em conjunto Renova os montantes de R\$26.300 e R\$25.800, respectivamente, relativos às faturas de energia com vencimento entre junho e novembro de 2019. Essas antecipações são ajustadas a valor presente a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Emissão adicional de Eurobonds

Em 18 de julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,9 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024.

Concomitantemente à liquidação, foi realizada operação de hedge abrangendo todo o período da emissão, através de uma combinação de Call Spread do principal, em que a Cemig GT está protegida no intervalo de R\$3,85/US\$ e R\$5,00/US\$, e Swap da totalidade dos juros, trocando assim o cupom de 9,25% a.a. por taxa equivalente a 125,52% do CDI.

Pagamento de Debêntures

Em 16 de julho de 2018, a Cemig GT realizou amortização da 1ª e 2ª série da 6ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$533 milhões.

Em 27 de julho de 2018, em razão da reabertura dos Eurobonds, a Cemig GT realizou o pagamento antecipado do valor de R\$385 milhões, equivalente a 25% do saldo do valor nominal unitário de sua 7ª Emissão de Debêntures Simples, cujo custo era 140% do CDI e vencimento original em 23 de dezembro de 2021.

Suspensão do fornecimento de energia pela Renova

Em 03 de agosto de 2018, a Companhia assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado junto à controlada em conjunto Renova, suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018 e definindo o cálculo de eventuais compensações financeiras para a Companhia, que serão reconhecidas no resultado do segundo semestre de 2018, conforme a competência, com liquidação prevista contratualmente para 10 de janeiro de 2019.

Considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada acima, as antecipações realizadas para a Renova referentes ao período de julho a dezembro de 2018, no valor total de R\$55.880, foram objeto de um termo de acordo e reconhecimento de dívida (TARD) assinado em 03 de agosto de 2018, que prevê a devolução do montante em questão em parcela única atualizada a 155% do CDI em 10 de janeiro de 2019.

DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Resultado do Período

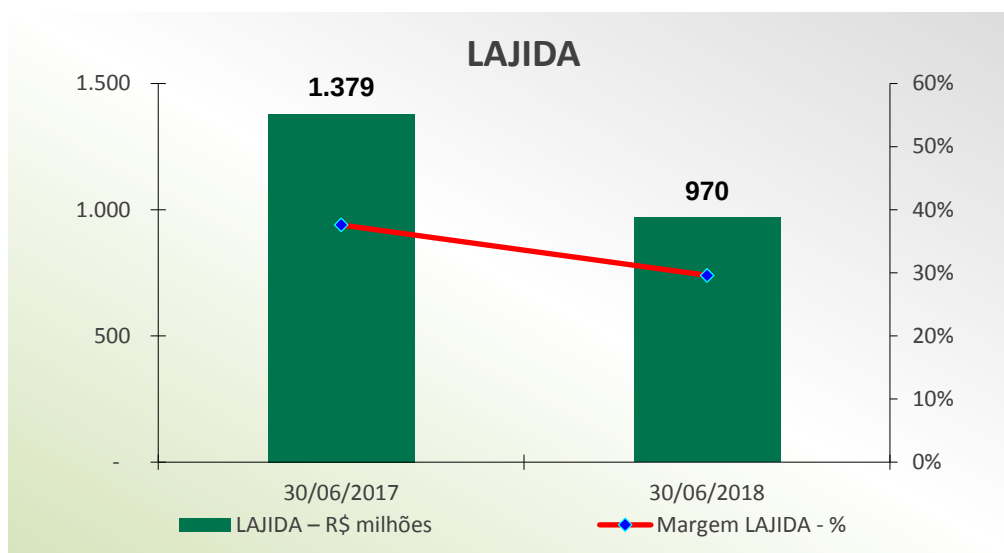
A Companhia apresentou, no primeiro semestre de 2018, um lucro líquido de R\$66.888 em comparação ao lucro líquido de R\$530.552 no mesmo período de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Informações contábeis intermediárias.

Ressalta-se que o lucro líquido do 1º semestre de 2018 foi significativamente afetado pela despesa líquida de R\$367.371, não vinculada às atividades operacionais, referente aos efeitos das despesas de variações cambiais incidentes sobre a dívida captada em dezembro de 2017 (Eurobonds), parcialmente compensadas pelos efeitos dos ganhos decorrentes da operação de swap efetuada pela Companhia que substitui, para fins de pagamento dos encargos do Eurobonds, a variação do dólar acrescida de juros de 9,25% a.a. pela variação de 150,49% do CDI, sendo que para o principal foi feita uma proteção para variações do dólar norte-americano entre o piso de R\$3,25 e teto de R\$5,00, onde neste caso será pago pela Companhia o valor do piso no vencimento. Esse efeito foi decorrente da instabilidade no cenário macroeconômico no primeiro semestre de 2018, com aumento nas expectativas futuras de variação do CDI e câmbio, principais variáveis para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 29,68% no primeiro semestre de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017, conforme segue :

LAJIDA	30/06/2018	30/06/2017	Var %
Lucro líquido do período	66.888	530.552	(87,39)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	74.538	228.811	(67,42)
+ Resultado Financeiro Líquido	755.272	533.363	41,61
+ Amortização e Depreciação	73.088	86.333	(15,34)
= LAJIDA	969.786	1.379.059	(29,68)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no primeiro semestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017, deve-se, principalmente, à redução de 10,72% nas receitas operacionais em comparação à menor redução nas despesas operacionais, de 6,37%. A margem do LAJIDA passou de 37,59% no primeiro semestre de 2017 para 29,61% no primeiro semestre de 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	30/06/2018			30/06/2017		
	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	6.997.103	1.554.617	222,18	7.062.196	1.640.636	232,31
Comercial	1.536.251	347.911	226,47	1.058.806	268.714	253,79
Rural	315	78	247,62	3.660	537	146,72
Subtotal	8.533.669	1.902.606	222,95	8.124.662	1.909.887	235,07
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(4.612)	-	-	23.571	-
	8.533.669	1.897.994	-	8.124.662	1.933.458	-
Suprim. Outras Concessionárias	5.590.372	1.420.996	254,19	5.777.612	1.475.050	255,30
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(73.818)	-	-	(74.549)	-
	14.124.041	3.245.172	-	13.902.274	3.333.959	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.245.172 no primeiro semestre de 2018 em comparação a R\$3.333.959 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 2,66% decorrente, principalmente, da redução de 5,16% no preço médio do MWh faturado para consumidores finais.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$294.712 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$241.400 no mesmo período de 2017, representando crescimento de 22,08%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2017, os reajustes foram de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$154.151 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$412.075 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 62,59%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018, apesar do aumento de 8,46% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$249,88/MWh no primeiro semestre de 2018 e R\$230,39/MWh no mesmo período de 2017);

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$146.519 no primeiro semestre de 2018, comparados a R\$269.855 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 45,70%. Esta variação decorre basicamente do valor de R\$149.255 registrado no primeiro semestre de 2017, referente à diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Receita de Indenização da Geração

No primeiro semestre de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$34.463 referente ao ajuste do saldo não amortizado dos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, a ser indenizado conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 11 destas Informações contábeis intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$788.709 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$762.977 no mesmo período de 2017, apresentando um aumento de 3,37%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$73.861 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$31.572 no mesmo período de 2017.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.238.565 no primeiro semestre de 2018 em comparação a R\$2.390.911 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 6,37%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Informações contábeis intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.692.509 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$1.714.863 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 1,30%. Esta variação decorre da redução de 4,24% no volume de energia comprada no primeiro semestre de 2018 (9.372.826 MWh) comparado ao mesmo período de 2017 (9.788.040 MWh), parcialmente compensado pelo aumento de 3,07% no preço médio do MWh (R\$180,58 no primeiro semestre de 2018 e R\$175,20 no mesmo período de 2017).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$164.930 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$211.565 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 22,04%. Apesar do reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 13,91% no número médio de empregados, sendo 1.325 no primeiro semestre de 2018 em comparação a 1.539 no primeiro semestre de 2017.
- Menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R\$37.616 no 1º semestre de 2017 em comparação a R\$6.731 no 1º semestre de 2018.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 32,64%, sendo R\$4.732 no primeiro semestre de 2018 em comparação a R\$7.025 no mesmo período de 2017. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$36.370 no primeiro semestre de 2018 em comparação a uma despesa de R\$40.752 no mesmo período de 2017, uma redução de 10,75%.

Esta variação decorre principalmente da redução no valor total das obrigações com seguro de vida no quarto trimestre de 2017, em função de alterações no capital segurado, com o consequente efeito nas despesas reconhecidas a partir de janeiro de 2018 decorrente da atualização das obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$39.576 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$61.408 no mesmo período de 2017, uma redução de 35,55%. Esta variação decorre, principalmente, da redução da provisão constituída para perdas nas opções de venda da SAAG que, no primeiro semestre de 2018, representou um montante de R\$24.606 em comparação ao valor de R\$41.602 no mesmo período de 2017.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$140.412 no primeiro semestre de 2018 em comparação ao lucro de R\$14.467 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, das perdas verificadas em 2018 referentes às participações na Renova e Santo Antônio Energia.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 12.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$755.272 no primeiro semestre de 2018 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$533.363 no mesmo período de 2017, uma redução de 41,61%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$19.218 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$40.341 no mesmo período de 2017, redução de 52,36%. Esta variação decorre da menor variação do CDI (3,17% no primeiro semestre de 2018 e 5,61% no primeiro semestre de 2017), principal indexador de remuneração das aplicações, bem como do menor volume de recursos aplicados;
- Despesa de variação cambial relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds), realizada em dezembro de 2017, no valor de R\$547.800, sendo parcialmente compensada por ganhos decorrentes da operação de swap relacionada à captação mencionada, no valor de R\$180.429, representando uma despesa líquida de R\$367.371 no 1º semestre de 2018. Ressalta-se que a operação de swap efetuada pela Companhia substitui, para fins de pagamento de encargos, a variação do dólar acrescida de juros de 9,25% a.a. pela variação de 150,49% do CDI, sendo que para o principal foi feita uma proteção para variações do dólar norte-americano entre o piso de R\$3,25 e teto de R\$5,00, onde neste caso será pago pela Companhia o valor do piso no vencimento. O efeito líquido devedor da operação no semestre, consequência da não compensação da despesa de variação cambial pelos instrumentos de hedge contratados, decorre basicamente da maior variação na curva futura esperada para o CDI em comparação à expectativa de variação do dólar norte-americano, situação ocorrida basicamente nos meses de maio e junho de 2018, em função da instabilidade no cenário macroeconômico. Concluindo, as expectativas de variação das taxas do CDI e dólar norte-americano representam as principais variáveis no cálculo do valor justo das operações de hedge mencionadas.
- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$405.737 no primeiro semestre de 2018, comparado a R\$526.027 no mesmo período de 2017, uma redução de 22,87%, decorrente da menor variação do CDI no primeiro semestre de 2018, bem como da redução da dívida indexada ao CDI;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro semestre de 2018, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$74.538 em relação ao resultado de R\$141.426 antes dos efeitos fiscais, representando 52,70% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$228.811 em relação ao Resultado de R\$759.363 antes dos efeitos fiscais, representando 30,13% de alíquota efetiva. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9c das Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado do Trimestre

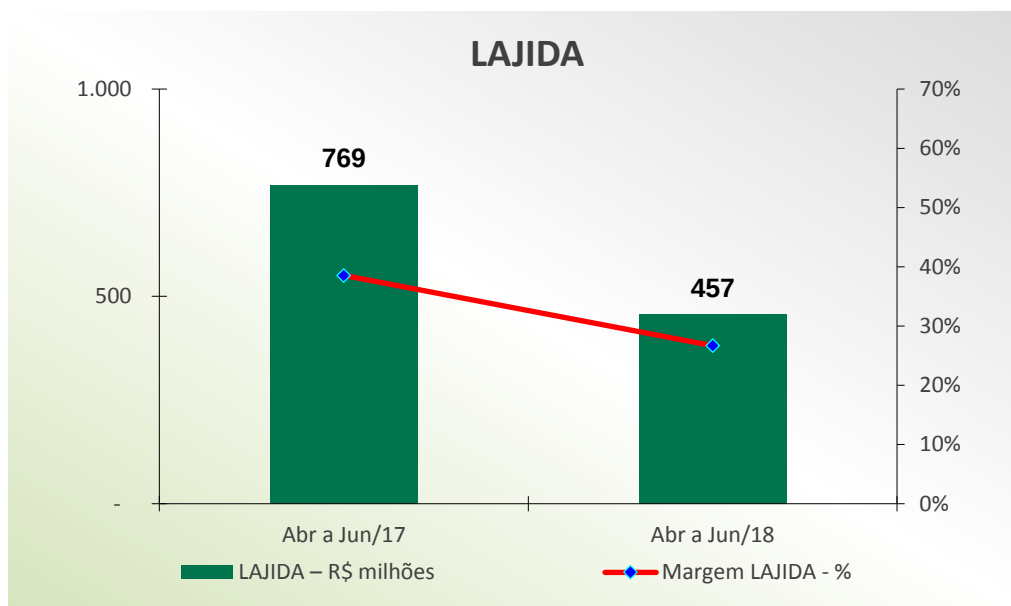
A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2018, um prejuízo de R\$180.390, em comparação ao lucro líquido de R\$345.562 no mesmo período de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Informações contábeis intermediárias.

Ressalta-se que o lucro líquido do 2º trimestre de 2018 foi significativamente afetado pela despesa líquida de R\$449.088, não vinculada às atividades operacionais, referente aos efeitos das despesas de variações cambiais incidentes sobre a dívida captada em dezembro de 2017 (Eurobonds), parcialmente compensadas pelos efeitos dos ganhos decorrentes da operação de swap efetuada pela Companhia que substitui, para fins de pagamento dos encargos do Eurobonds, a variação do dólar acrescida de juros de 9,25% a.a. pela variação de 150,49% do CDI, sendo que para o principal foi feita uma proteção para variações do dólar norte-americano entre o piso de R\$3,25 e teto de R\$5,00, onde neste caso será pago pela Companhia o valor do piso no vencimento. Esse efeito foi decorrente da instabilidade no cenário macroeconômico no segundo trimestre de 2018, com aumento nas expectativas futuras de variação do CDI e câmbio, principais variáveis para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA Companhia apresentou uma redução de 40,55% no segundo trimestre de 2018, em comparação com o mesmo período de 2017, conforme segue:

LAJIDA	Abr a jun/18	Abr a jun/17	Var %
Resultado do Período	(180.390)	345.562	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(48.967)	140.582	-
+ Resultado Financeiro Líquido	650.213	238.049	173,14
+ Amortização e Depreciação	36.539	45.159	(19,09)
= LAJIDA	457.395	769.352	(40,55)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no segundo trimestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017, deve-se, principalmente, à redução de 14,12% nas receitas operacionais em comparação à menor redução nas despesas operacionais, de 9,71%. A margem do LAJIDA passou de 38,57% no segundo trimestre de 2017 para 26,70% no segundo trimestre de 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Abr a Jun 2018			Abr a Jun 2017		
	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	3.733.998	790.961	211,83	3.628.119	850.468	234,41
Comercial	851.996	180.103	211,39	563.620	145.050	257,35
Rural	315	78	247,62	3.660	537	146,72
Subtotal	4.586.309	971.142	211,75	4.195.399	996.055	237,42
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	40.874	-	-	7.334	-
	4.586.309	1.012.016	-	4.195.399	1.003.389	-
Suprim. Outras Concessionárias	2.969.502	741.733	249,78	2.866.338	759.223	264,88
Suprim. não Faturado Líquido	-	(39.052)	-	-	957	-
	7.555.811	1.714.697	-	7.061.737	1.763.569	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.714.697 no segundo trimestre de 2018 em comparação a R\$1.763.569 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 2,77% decorrente, principalmente, da redução de 10,81% e 5,70% no preço médio do MWh faturado para consumidores finais e suprimentos a outras concessionárias, respectivamente.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$151.166 no segundo trimestre de 2018 comparado a R\$114.340 no mesmo período de 2017, representando crescimento de 32,21%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2017, os reajustes foram de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$32.417 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$192.062 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 83,12%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018.

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$96.678 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$204.025 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre do valor de R\$149.255 registrado no segundo trimestre de 2017, referente à diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Receita de Indenização da Geração

No segundo trimestre de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$17.218 referente ao ajuste do saldo não amortizado dos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, a ser indenizado conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 11 destas Informações contábeis intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$392.195 no segundo trimestre de 2018 e R\$361.348 no mesmo período de 2017, apresentando um aumento de 8,54%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$35.190 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$3.823 no mesmo período de 2017.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.183.153 no segundo trimestre de 2018 em comparação a R\$1.310.385 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 9,71%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$897.095 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$980.581 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 8,51%. Esta variação decorre da redução de 11,88% no volume de energia comprada no segundo trimestre de 2018 (4.726.875 MWh) comparado ao mesmo período de 2017 (5.364.064 MWh), parcialmente compensado pelo aumento de 3,82% no preço médio do MWh (R\$189,79 no segundo trimestre de 2018 e R\$182,81 no mesmo período de 2017).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$85.391 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$120.220 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 28,97%. Apesar do reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 11,80% no número médio de empregados, sendo 1.315 no segundo trimestre de 2018 em comparação a 1.491 no segundo trimestre de 2017.
- Menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R\$37.616 no 2º trimestre de 2017 em comparação a R\$6.731 no 2º trimestre de 2018.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 10,62%, R\$3.669 no segundo trimestre de 2018 em comparação a R\$4.105 no mesmo período de 2017. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$18.507 no segundo trimestre de 2018 em comparação a uma despesa de R\$20.687 no mesmo período de 2017, uma redução de 10,54%.

Esta variação decorre principalmente da redução no valor total das obrigações com seguro de vida no 4º trimestre de 2017, em função de alterações no capital segurado, com o consequente efeito nas despesas reconhecidas a partir de janeiro de 2018 decorrente da atualização das obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$30.577 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$5.841 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da provisão constituída para perdas nas opções de venda da SAAG que, no segundo trimestre de 2018, representou uma despesa de R\$20.149 em comparação a uma reversão de provisão no montante de R\$5.334 no mesmo período de 2017.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$109.182 no período de abril a junho de 2018 na comparação ao lucro de R\$39.691 no mesmo período de 2017. As perdas verificadas no segundo trimestre de 2018 referem-se principalmente as participações na Renova e Santo Antônio Energia.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 12.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$650.213 no segundo trimestre de 2018 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$238.049 no mesmo período de 2017, um aumento de 173,14%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$8.821 no segundo trimestre de 2018 comparado a R\$17.634 no mesmo período de 2017, redução de 49,98%. Esta variação decorre da menor variação do CDI (1,56% no segundo trimestre de 2018 e 2,55% no segundo trimestre de 2017), principal indexador de remuneração das aplicações, bem como do menor volume de recursos aplicados;
- Despesa de variação cambial relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds), realizada em dezembro de 2017, no valor de R\$532.000, sendo parcialmente compensada por ganhos decorrentes da operação de swap relacionada à captação mencionada, no valor de R\$82.912, representando uma despesa líquida de R\$449.088 no 2º trimestre de 2018. Ressalta-se que a operação de swap efetuada pela Companhia substitui, para fins de pagamento de encargos, a variação do dólar acrescida de juros de 9,25% a.a. pela variação de 150,49% do CDI, sendo que para o principal foi feita uma proteção para variações do dólar norte-americano entre o piso de R\$3,25 e teto de R\$5,00, onde neste caso será pago pela Companhia o valor do piso no vencimento. O efeito líquido devedor da operação no trimestre, consequência da não compensação da despesa de variação cambial pelos instrumentos de hedge contratados, decorre basicamente da maior variação na curva futura esperada para o CDI em comparação à expectativa de variação do dólar norte-americano, situação ocorrida basicamente nos meses de maio e junho de 2018, em função da instabilidade no cenário macroeconômico. Concluindo, as expectativas de variação das taxas do CDI e dólar norte-americano representam as principais variáveis no cálculo do valor justo das operações de hedge mencionadas.

- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$216.474 no segundo trimestre de 2018, comparado a R\$237.561 no mesmo período de 2017, uma redução de 8,88%, decorrente da menor variação do CDI no segundo trimestre de 2018, bem como da redução da dívida indexada ao CDI;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2018, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$48.967 em relação ao prejuízo de R\$229.357 antes dos efeitos fiscais, representando 21,35% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$140.582 em relação ao lucro de R\$486.144 antes dos efeitos fiscais, representando 28,92% de alíquota efetiva. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9c das Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor-Presidente

Luiz Humberto Fernandes
Diretor Vice-Presidente

**Maurício Fernandes
Leonardo Júnior**
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de
Participações

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais
e Comunicação

Neila Maria Barreto Leal
Diretora Jurídica

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria sem
denominação específica

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e
Transmissão

**Maura Galuppo Botelho
Martins**
Diretora de Gestão de
Pessoas

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de
Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 12 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui investimentos direto e indireto na Madeira Energia S.A. e na Renova Energia S.A., bem como investimento indireto na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas “investidas não controladas”), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia e nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 12 às informações contábeis intermediárias, a investida não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 30 de junho de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Excesso de reservas de lucros em relação ao capital social

Em 30 de junho de 2018 o saldo das reservas de lucros excede o capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), nesta situação a Assembleia dos Acionistas deve propor a aplicação do montante excedente como aumento de capital ou distribuição de dividendos. Conforme demonstrado na nota explicativa 21, em 18 de julho de 2018, o Conselho de Administração aprovou encaminhar à Assembleia Geral Extraordinária proposta de aumento do capital social para R\$2.600.000 para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao referido artigo da Lei das Sociedades Anônimas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 14 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0